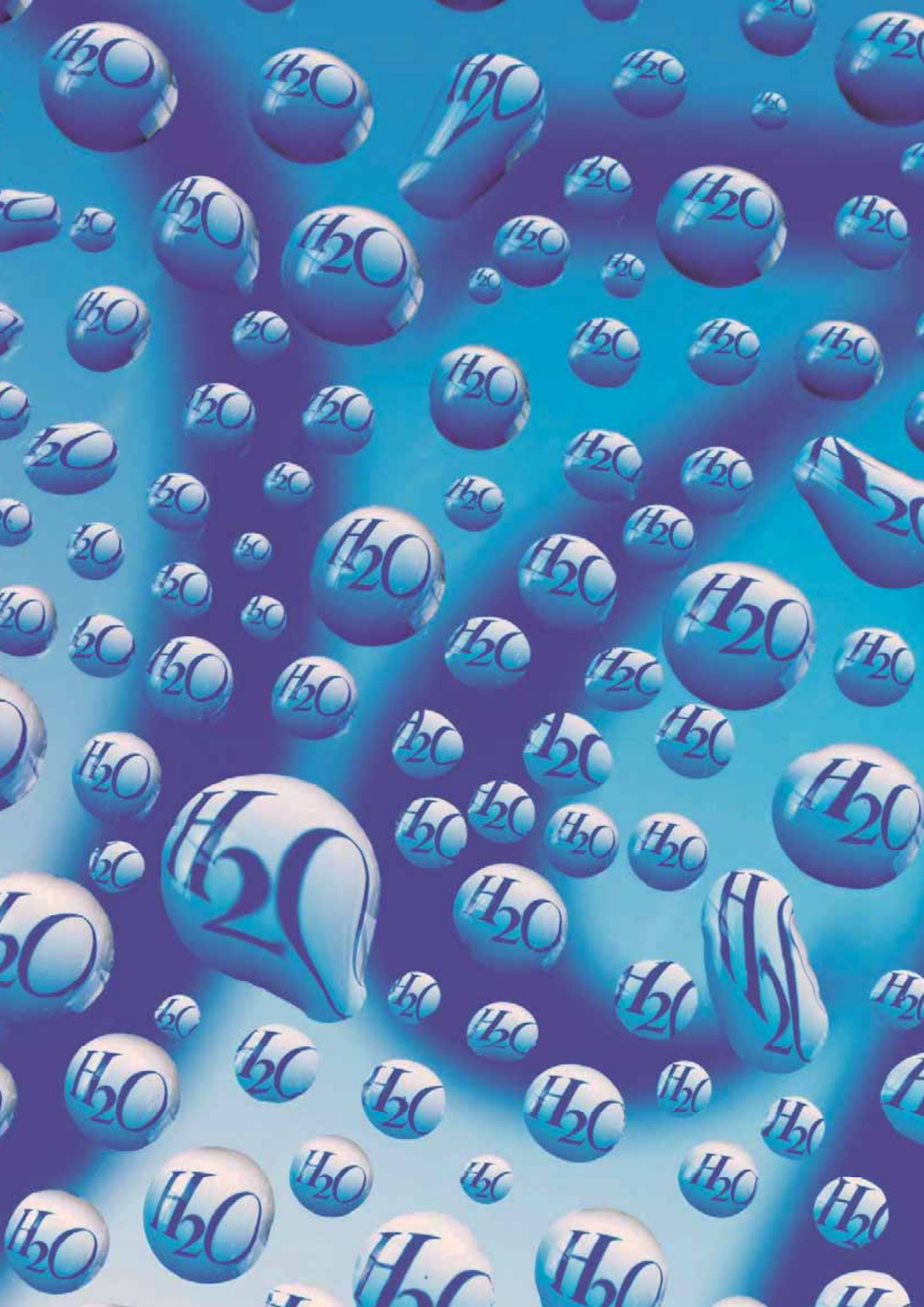
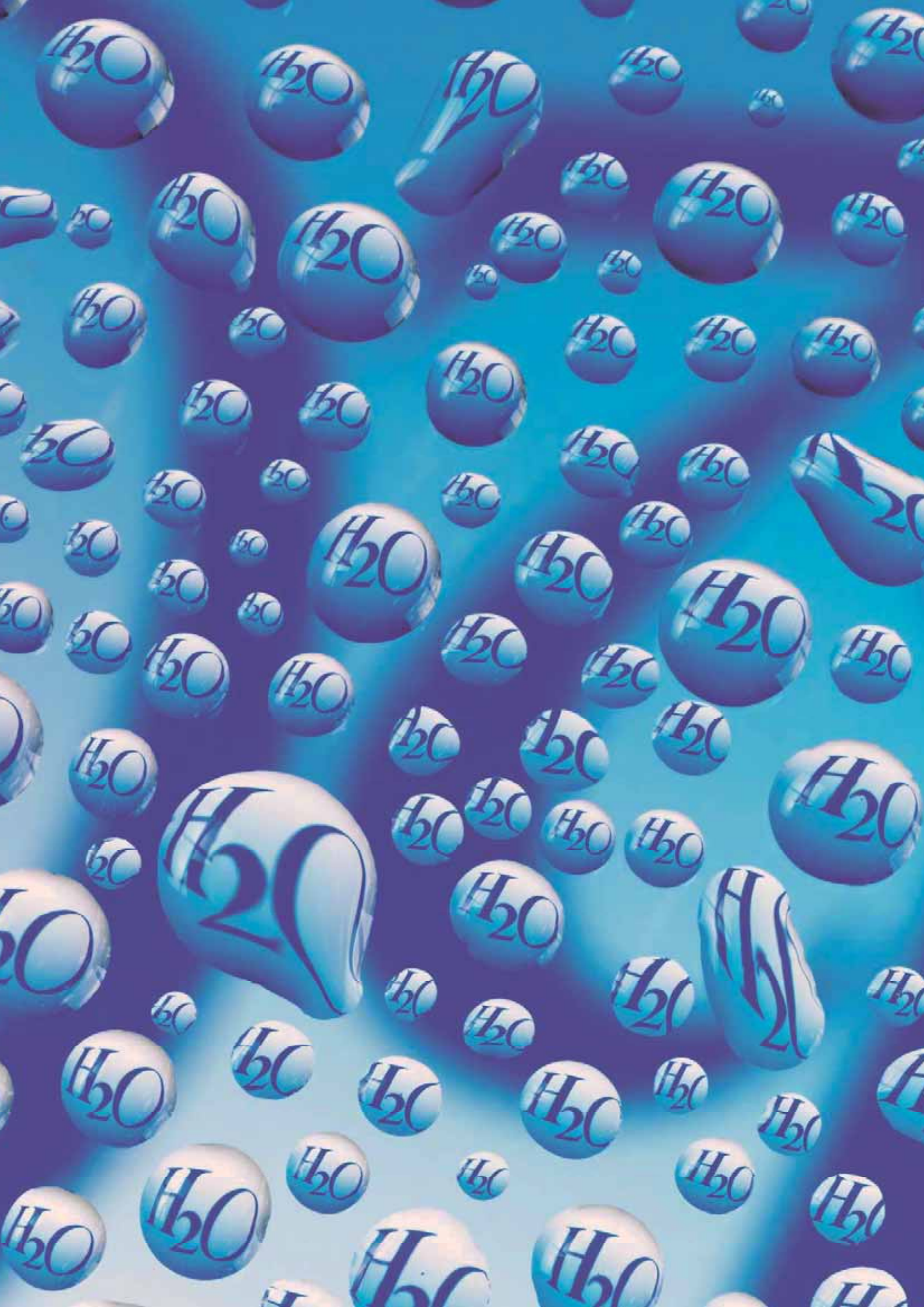




Relatório e Contas 2013







ÍNDICE

Órgãos Sociais

Mensagem do Conselho de Administração

Direção de Planeamento e Obras (DPO)

Direção de Exploração e Manutenção de Sistemas (DEMS)

Direção Administrativa, Financeira e Comercial (DAFC)

Serviço de Gestão de Recursos Humanos (SGPRH)

Serviço de Formação, Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SFSHSR)

Gabinetes de apoio:

- Gabinete de Auditoria Interna (GAI)
- Gabinete Técnico e de Inovação (GTI)
- Gabinete de Informática (GI)
- Gabinete de Assessoria Técnica (GAT)
- Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)

Situação Económica e Financeira

Dívidas em Mora à Segurança Social

Dívidas a Fornecedores em 31 de dezembro de 2011

Proposta de Aplicação de Resultados

Demonstrações Financeiras

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Deliberação do Conselho de Administração

Certificação e Parecer do Fiscal Único

Águas
de Coimbra

www.aguasdecoimbra.pt



ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia-Geral

Presidente da Assembleia-Geral

Prof. Doutor Martim Ramiro Portugal Vasconcelos Ferreira

Vice-Presidente da Assembleia-Geral

Prof. Doutor André Gonçalo Dias Pereira

Secretário da Assembleia-Geral

Dr. Fernando de Matos Soares de Carvalho

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Pedro Artur Barreirinhas Sales Guedes Coimbra

Administrador

Dr. Victor Manuel Carvalho Santos

Administrador não executivo

Prof. Doutor José Manuel Monteiro Gonçalves

Fiscal Único

S.R.O.C.

Marques de Almeida, F. Tavares, J. Nunes & V. Simões



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O mundo assiste a um constante e crescente questionamento de paradigmas estabelecidos na economia, na cultura, na política e também no sector das águas.

Tudo aponta para que o sector das águas, em Portugal, vá sofrer grandes transformações a curto prazo, com eventuais reestruturações dos sistemas multimunicipais em alta, com a eventual reestruturação da AdP e os novos estatutos do regulador.

A Águas de Coimbra, E.M. apresenta um resultado líquido do período positivo em 204.899,96€. Quanto à execução do plano de investimentos previsto para o ano de 2013 procurou-se melhorar e continuar a apostar na reabilitação dos sistemas e em medidas para uma correta gestão, num quadro de sustentabilidade social, económica e ambiental.

Propõe-se que o resultado apurado no período de 2013, tenha a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados - 125.678,15€;
- Reservas Legais - 20.490,00€;
- Reserva para Estabilização de Preços - 58.731,81€.

A opção pela criação de um fundo de “Reserva para Estabilização de Preços” revela a preocupação do Município e da Administração da ACEM em relação às políticas do sector ao nível das tarifas da água.

Salienta-se que em 2013 ocorreu um aumento significativo de custos com pessoal – de 2012 para 2013, cresceram 9,74% (494.589,70€) – no entanto, é de referir que este aumento se deve apenas e só a variáveis externas, não controladas pela empresa, como sejam os encargos sociais para a Caixa Geral de Aposentações e para o Centro Nacional de Pensões, bem como a reposição dos Subsídios de Férias e de Natal aos colaboradores. Por motivos de aposentação houve uma redução do número de colaboradores da empresa de 281 trabalhadores em janeiro de 2013 para 274 trabalhadores em dezembro do mesmo ano.

Por último, o Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento a quantos os que contribuíram para as atividades desenvolvidas no exercício de 2013: colaboradores, utilizadores e outras entidades.

A Administração,

Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Pedro Artur Barreirinhas Sales Guedes Coimbra

Administrador

Dr. Victor Manuel Carvalho Santos

Administrador não executivo

Prof. Doutor José Manuel Monteiro Gonçalves



Direção de Planeamento e Obras (DPO)

Assentando a sua atuação nos objetivos que orientam a gestão da Águas de Coimbra, a DPO estabeleceu como prioridades, em 2013, a reabilitação das redes de distribuição de água existentes, a ampliação da rede de saneamento e separação dos sistemas de drenagem, a melhoria contínua nos seus procedimentos e a satisfação dos utentes e munícipes.

Consequentemente, ao nível da realização de novas infraestruturas, para o período 2009/2013, atendendo à cobertura praticamente total do concelho de Coimbra com distribuição pública de água, as prioridades continuaram a ser:

(1) A reabilitação das redes de distribuição que pela sua idade, estado de conservação e nível de perdas de água ou capacidade de transporte, importa substituir (gestão patrimonial de infraestruturas);

(2) A ampliação do serviço público de drenagem de águas residuais de modo a servir a grande maioria da população do concelho de Coimbra, tendo em atenção critérios de custo e de eficiência e as metas definidas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II), para o período 2007/2013;

(3) A implementação de medidas destinadas a evitar o escoamento de águas pluviais nos sistemas de drenagem de águas residuais, permitindo a descarga de águas residuais nos meios recetores, evitando os consequentes inconvenientes na exploração das Estações de Tratamento de Águas Residuais e dificuldades no relacionamento entre empresas em “baixa” e em “alta” (sistemas multimunicipais), tomando também em conta as metas definidas no PEAASAR II. E a realização de intervenções de drenagem de águas pluviais, por iniciativa do Município de Coimbra, para melhoria do funcionamento da rede hidrográfica municipal, com principal incidência nas zonas urbanas.

No âmbito das prioridades (1) e (2), destaca-se:

- A conclusão da empreitada de Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em Várias Zonas do Concelho – 5ª Fase (Sistema Inferior) - Parte A;
- A conclusão das empreitadas de remodelação da rede de abastecimento de água em Castelo Viegas, na parte alta de Santa Apolónia, em Eiras, no Monte Formoso e Alto dos Cinco Reis;
- A continuação da empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do concelho de Coimbra - 5.ª fase (Sistema Inferior) - parte B;
- A continuação da empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do concelho de Coimbra - 6.ª fase (Sistemas de Pinhal de Marrocos, Santa Clara, Alto dos Barreiros, Cernache e Cruz de Morouços);
- O início da empreitada de Remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do concelho de Coimbra - 7ª fase (Sistemas de Ingote/ Lordemão /Brasfemes, Alto dos 5 Reis, Adémia, Chão do Bispo);

- A conclusão da empreitada de execução de prolongamentos da rede de drenagem de águas residuais em várias ruas do concelho de Coimbra, que permitirá dotar com esta infraestrutura mais alguns arruamentos;
- O Início da empreitada de Saneamento básico da freguesia de Almalaguês – 5.ª fase e remodelação da rede de água no sistema de Vale de Cântaros;

No conjunto das várias intervenções foram remodeladas condutas de abastecimento de água, numa extensão de 25,55 Km, 1.087 ramais de água e 248 válvulas.

Relativamente à prioridade (3), há a destacar:

- A conclusão das empreitadas de construção de coletores pluviais em três ruas de Eiras, e na ligação do Polo II à ribeira do Vale das Flores;
- O início de duas empreitadas de construção de coletores pluviais em ruas das freguesias de Arzila, Assafarge, S.M. Bispo, Souselas, Trouxemil, Eiras, Santa Cruz e Torre de Vilela.

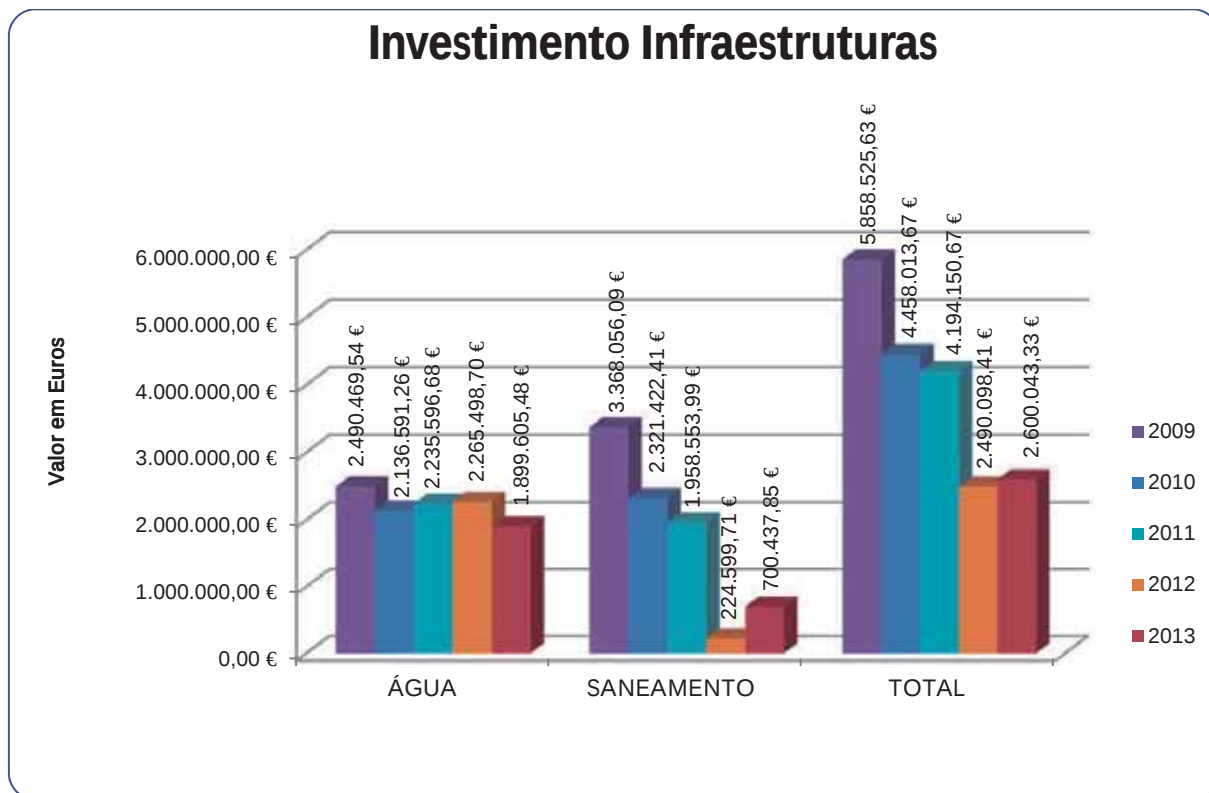
É de mencionar que todas as obras concluídas em 2013 não tiveram quaisquer trabalhos a mais, não ultrapassando os valores das adjudicações iniciais.

Deu-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica (SIG), com o desenvolvimento interno da ferramenta Open Source, carregamento de dados, levantamentos de campo, e o registo geográfico das ocorrências nas redes de água e saneamento.

Foi também continuada a elaboração de projetos de considerável dimensão que permitiram em 2013 e permitirão em 2014, iniciar várias empreitadas importantes.

Relativamente ao Plano de Investimentos Plurianual, o nível de investimento em infraestruturas de água e saneamento, realizado em 2013, foi de 2.600.043,33€, dos quais 1.899.605,48€ em rede de água e 700.437,85€ em rede de saneamento, conforme estava planeado e está traduzido no quadro e gráfico seguintes:

INVESTIMENTOS EM ÁGUA E SANEAMENTO			
ANO	ÁGUA	SANEAMENTO	TOTAL
2009	2.490.469,54 €	3.368.056,09 €	5.858.525,63 €
2010	2.136.591,26 €	2.321.422,41 €	4.458.013,67 €
2011	2.235.596,68 €	1.958.553,99 €	4.194.150,67 €
2012	2.265.498,70 €	224.599,71 €	2.490.098,41 €
2013	1.899.605,48 €	700.437,85 €	2.600.043,33 €
Total	11.027.761,66 €	8.573.070,05 €	19.600.831,71 €



Na sequência da aprovação pelo Programa Mais Centro, em 2011, das candidaturas de 7 operações aos fundos comunitários do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), a AC recebeu até ao final de 2013 o valor de 5.299.368,70€.

Em 2013 foi aprovada a candidaturas de mais uma operação, cujas comparticipações, no valor de 641.861,51€, serão recebidas durante o ano de 2014.

Relativamente à implementação da Gestão Patrimonial de Infraestruturas na AC, foram realizados avanços significativos, dinamizados pela equipa multidisciplinar designada para o efeito.

Os trabalhos desenvolvidos foram divulgados em congressos técnico-científicos, para divulgação das melhores práticas da empresa a diversos níveis, com apresentação oral nos eventos referidos dos seguintes artigos:

- SILUSBA 2013 - Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em Maputo, com o tema “A gestão patrimonial de infraestruturas nos sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais”;
- ENEG 2013 - Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento, em Coimbra, com o tema “A comunicação e avaliação da satisfação dos clientes nas empreitadas e pareceres”;
- ENEG 2013 - Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento, em Coimbra, com o tema “A internacionalização da Águas de Coimbra”;

- ENEG 2013 - Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento, em Coimbra, com o tema “A gestão patrimonial de infraestruturas nos sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - O caso da Águas de Coimbra”.

Segue-se uma descrição detalhada de cada Serviço da DPO.

SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - SAFO

Este Serviço tem como principal atividade a gestão da construção de infraestruturas, executada no âmbito de empreitadas de obras públicas, promovidas pela Águas de Coimbra.

Nesse âmbito desenvolveram-se obras relevantes, nomeadamente:

Conclusão de obras iniciadas antes de 2013:

- Remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do Concelho de Coimbra - 5.^a fase (Sistema Inferior) - Parte A;
- Remodelação da rede de abastecimento de água em Castelo Viegas;
- Remodelação da rede de abastecimento de água na parte alta de Santa Apolónia e em Eiras;
- Execução de prolongamentos da rede de drenagem de águas residuais em várias ruas do concelho Coimbra;
- Remodelação da rede de abastecimento de água no Monte Formoso e Alto dos Cinco Reis;
- Rede de drenagem de águas pluviais nas ruas do Santo Cristo, de Viseu e José da Cunha – Eiras.

Foi consignada e concluída, em 2013, a seguinte obra:

- Ligação da rede de drenagem de águas pluviais do Polo II à ribeira do Vale das Flores.

Continuaram-se a executar as seguintes obras, já consignadas anteriormente a 2013 e que ainda se encontram em curso:

- Remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do Concelho de Coimbra - 5.^a fase (Sistema Inferior) - Parte B;
- Remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do Concelho de Coimbra - 6.^a fase (Sistemas de Sistemas de Pinhal de Marrocos, S. Clara, Alto dos Barreiros, Cernache e Cruz de Morouços).

Foram consignadas em 2013 as seguintes obras, cuja execução continua em 2014:

- Redes de drenagem de águas pluviais em ruas das freguesias de Arzila, Assafarge, S.M. Bispo, Souselas e Trouxemil;

- Remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do concelho de Coimbra - 7ª fase (Sistemas de Ingote/ Lordemão /Brasfemes, Alto dos 5 Reis, Adémia, Chão do Bispo);
- Saneamento básico da freguesia de Almalaguês – 5.ª fase e remodelação da rede de água no sistema de Vale de Cântaros;
- Redes de drenagem de águas pluviais em ruas das freguesias de Eiras, Santa Cruz e Torre de Vilela.

Foi consignada em 2013 uma obra, cuja execução não se iniciou:

- Saneamento básico da freguesia de Almalaguês – 4ª fase – Rio de Galinhas e Monforte

No total decorreram, considerando as diversas fases e o desenvolvimento plurianual de alguns projetos, 15 empreitadas.

Foram lançados concursos e realizada a inerente gestão e tratamento processual para a realização de 8 empreitadas:

- Ligação da rede de drenagem de águas pluviais do Polo II à ribeira do Vale das Flores;
- Redes de drenagem de águas pluviais em ruas das freguesias de Arzila, Assafarge, S.M. Bispo, Souselas e Trouxemil;
- Remodelação da rede de abastecimento de água em várias zonas do concelho de Coimbra - 7ª fase (Sistemas de Ingote/ Lordemão /Brasfemes, Alto dos 5 Reis, Adémia, Chão do Bispo);
- Redes de drenagem de águas pluviais em ruas das freguesias de Eiras, Santa Cruz e Torre de Vilela;
- Reabilitação do reservatório de Almalaguês torre;
- Reforço do abastecimento de água ao setor noroeste do concelho de Coimbra - troço entre Espertina e Antuzede;
- Remodelação da Rede de Abastecimento de Água no Sistema de Ceira;
- Drenagem de águas pluviais na rua dos Alcorredores - Fornos - 2ª Fase.

Foi gerida e acompanhada 1 aquisição de serviços:

- Aquisições de terrenos, expropriações e servidões em várias zonas do concelho de Coimbra, para instalação de sistemas de Saneamento Básico - Fase 2.

Foram ainda acompanhadas as seguintes 6 empreitadas promovidas por outras entidades, que envolveram execução ou remodelação de infraestruturas geridas pela Águas de Coimbra:

- Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco – Coimbra - Câmara Municipal de Coimbra;
- Subconcessão do Pinhal Interior - Sublanço EN342 - Condeixa / Nó de Condeixa – Pinhal, ACE;
- Subconcessão do Pinhal Interior - Sublanço Condeixa / Coimbra – Lote 3 – Pinhal, ACE;
- Drenagem de águas pluviais na Urbanização do Loreto - Pedrulha - Câmara Municipal de Coimbra
- Construção da rede de drenagem de águas pluviais e pavimentação da Rua da Misericórdia – Conchada - J.F. de Santa Cruz / Câmara Municipal de Coimbra;

- Rede de drenagem de águas pluviais na Rua do Talho – Adémia – J. F. Trouxemil / Câmara Municipal de Coimbra.

Foram igualmente executados diversos trabalhos relacionados com vistorias e acompanhamento de correções / reparações, em diversas empreitadas em fase de receção definitiva ou de libertação parcial de garantias.

Ainda no âmbito deste serviço, foi implementado e consolidado o inquérito de avaliação da satisfação dos clientes relativamente à execução das empreitadas, cujos resultados finais das obras avaliadas foram bastante satisfatórios, traduzindo-se num valor global de 81,86%.

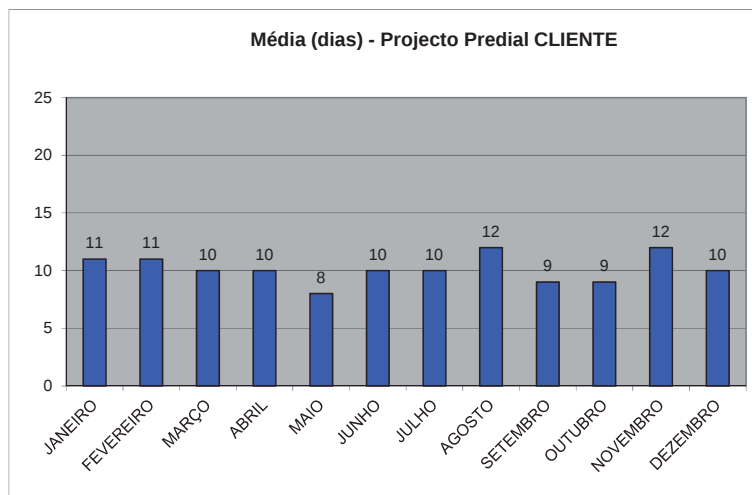
SERVIÇO DE ESTUDOS, PROJECTOS, VISTORIAS E PARECERES – SEPVP

Este serviço tem como principais atribuições a realização de estudos e projetos de infraestruturas, emitir pareceres sobre projetos particulares de redes prediais e de infraestruturas de loteamentos, bem como a fiscalização dessas mesmas infraestruturas. Tem também competências na gestão de todo o processo de pré-contratação.

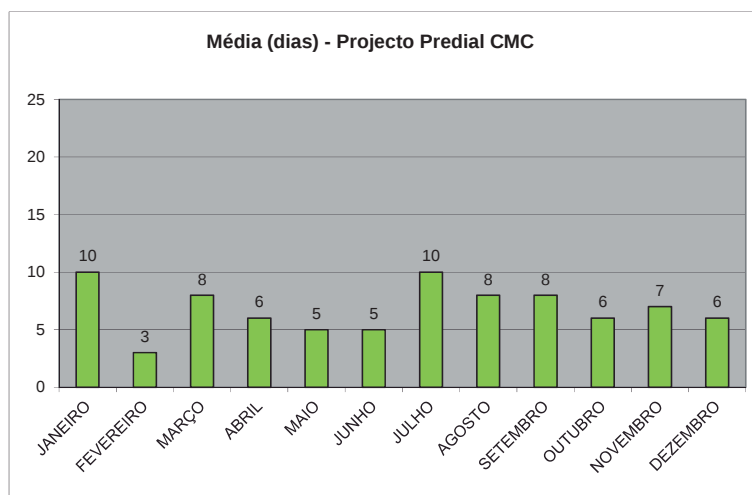
Relativamente à Gestão de Projetos Prediais foram realizadas as seguintes atividades:

- 290 pareceres sobre projetos prediais entrados via AC;
- 101 pareceres sobre projetos prediais entrados via CMC;
- 168 pedidos de projetos simplificados;
- 118 comunicações de início de obra;
- 242 comunicações de fim de obra;
- 440 vistorias de final de obra aprovadas;
- 632 novas instalações aprovadas para colocação de contadores;
- 57.170,40€ de tarifas de vistorias e apreciações de processos

O tempo médio desde a receção no atendimento da AC do projeto predial entregue pelo cliente, devidamente instruído, até à emissão de parecer, foi de dez dias úteis, superando o objetivo inicial de 15 dias, conforme demonstra o seguinte gráfico.



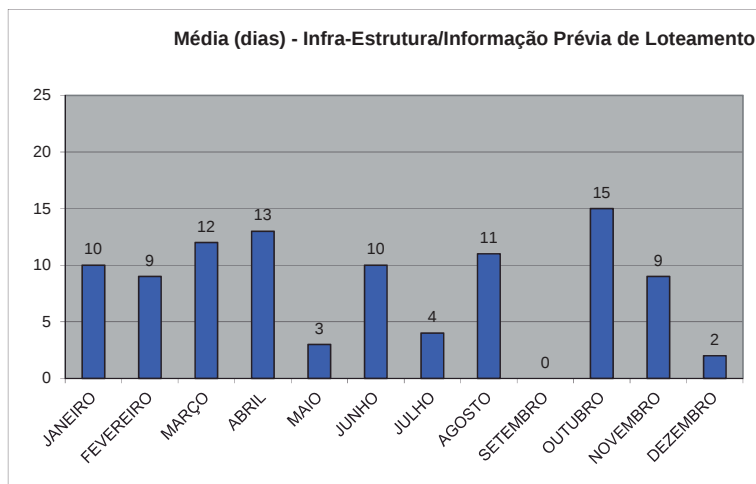
O tempo médio desde a receção na secretária-geral da AC do projeto predial entregue pelo cliente na CMC, devidamente instruído, até à emissão de parecer, foi de 7 dias úteis, superando o objetivo inicial de 12 dias, conforme demonstra o seguinte gráfico.



Sobre os Processos de Loteamentos as atividades realizadas foram as seguintes:

- 16 pareceres sobre projetos de infraestruturas;
- 8 informações prévias de loteamentos;
- 21 obras fiscalizadas de execução de infraestruturas;
- 2 receções provisórias de obras de infraestruturas.
- Solicitadas 18 receções definitivas, das quais 9 estavam em condições de aprovação de obras de infraestruturas.

O tempo médio desde a recepção das informações prévias e dos projetos de infraestruturas dos loteamentos, devidamente instruídos, até à emissão de parecer foi de 9 dias úteis, superando o objetivo inicial de 18 dias, conforme demonstra o seguinte gráfico.



Os trabalhos de gestão da execução de prolongamentos e ramais solicitados pelos particulares resumem-se nos seguintes quadros.

RAMAIS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DRENAGEM DOMÉSTICA	DRENAGEM PLUVIAL
Executados empreitada	12	37	3
Executados adm. direta	98	82	12
Anulados	15	26	11

PROLONGAMENTOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DRENAGEM DOMÉSTICA	DRENAGEM PLUVIAL
Executados empreitada	1.291,50 m	561,50 m	110,50 m
Executados pelos requerentes	773 m	63 m	0 m

Sobre as infraestruturas executadas, no âmbito dos projetos prediais, as atividades realizadas foram as seguintes:

- 12 obras fiscalizadas de execução de infraestruturas;
- 5 receções provisórias de obras de infraestruturas.
- Solicitadas 3 receções definitivas, das quais 2 estavam em condições de aprovação de obras de infraestruturas.

Foram elaborados ou alterados internamente:

- 22 projetos cujo valor total de obras foi estimado em 3.163.880 €;
- 10 estudos prévios relativos a abastecimento de água, drenagem de águas residuais e de águas pluviais.
- 14 alterações a projetos cujo valor total de obras foi estimado em 2 286 670,00 €;

Foi também realizado o acompanhamento e resolução de pedidos de interrupção de água, a realizar em ramais, para reparação das redes prediais ou alteração da localização dos contadores, num total de 111 pedidos.

Ainda no âmbito deste serviço, foi igualmente implementado e consolidado o inquérito de avaliação da satisfação dos clientes relativamente aos pareceres e vistorias dos projetos particulares, e à execução de ramais domiciliários, cujos resultados finais foram bastante satisfatórios, traduzindo-se num grau de satisfação de 82,75% para a apreciação de processos, e de 85,25% para o acompanhamento de obras.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO CADASTRAL - SIC

O SIC tem como principal objetivo dar apoio a todos os serviços que necessitem de informação cadastral, elementos cartográficos e topográficos, e projetos CAD, assegurando a fiabilidade e rigor da informação cadastral das infraestruturas geridas pela AC, o que inclui as instalações dos contadores no âmbito do sistema de gestão comercial.

Após a definição, pela Direção de Planeamento e Obras e Gabinete de Controlo de Perdas de Água, de 10 novas ZMC, o SIC procedeu à atualização cadastral de todas as infraestruturas da rede de abastecimento de acordo com esta nova definição de dados. Assim, a rede de abastecimento passou a ser dividida em 62 ZMC, para uma maior eficácia do plano de redução de perdas de água.

A extensão de rede de água gerida pela AC, no final de 2013 é de 1.197 Km.

O número de ramais de água é de 43.057.

O número de reservatórios é de 57.

As estações elevatórias de água são 36.

A extensão de rede de saneamento gerida pela AC, no final de 2013 é de 871 Km, dividida por 21 redes por ETAR.

O número de ramais de saneamento é de 41.263..

O número de estações elevatórias de águas residuais é de 37.

A extensão de rede de coletores de drenagem de águas pluviais é de 235 Km, dividida por 25 bacias hidrográficas.

O número de ramais de águas pluviais é de 2.651.

No âmbito do projeto SIG OPEN SOURCE, iniciado em 2012, o SIC participou ativamente na sua implementação e divulgação, com o apoio do GI.

Concluiu a migração de dados relativos à rede de abastecimento de água, do sistema em software proprietário para a nova base de dados de utilização livre e sem cobrança de licença de utilização, e avançou significativamente com a migração da rede de saneamento.

Em 2013, contribuiu para a disponibilização deste software no GCPA, onde se podem consultar as instalações de forma a planear e coordenar, de forma mais eficaz, a colocação de contadores.

De igual modo disponibilizou no SEPVP, a informação relativa à localização geográfica de processos e loteamentos com ligação direta à base de dados dos processos prediais anteriores a 2009.

Paralelamente ao trabalho realizado no âmbito do SIG, o SIC desenvolveu outro tipo de atividades, nomeadamente:

- Vectorização e organização de projetos de rede de água e saneamento, considerando também o apoio à preparação de elementos para concursos de empreitadas;
- Criação de desenhos técnicos e plantas temáticas;
- Levantamentos topográficos, para atualização cadastral, bem como apoio a projetos;
- Impressões e cópias de grandes formatos;
- Atualização do ficheiro de localização de processos particulares e loteamentos, para apoio ao SEPVP.

Relativamente à equipa de topografia, além de todo o trabalho de apoio a projetos, é de salientar o levantamento de 57 km de cotas de tampas da rede de saneamento, recorrendo ao equipamento de GPS.

No apoio ao setor comercial, o SIC registou a criação de 473 instalações referentes a boletins de fiscalização, processos e instalações não migradas, criou cerca de 627 códigos postais e atualizou, aproximadamente, 966 instalações.

Foi também realizada uma apresentação oral, no ENEG 2013 - Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento, subordinada ao tema “A importância da informação cadastral na gestão patrimonial de infraestruturas – a utilização de tecnologias Open Source”. Esta apresentação foi realizada em parceria com o GI.

Direção de Exploração e Manutenção de Sistemas (DEMS)

No ano de 2013, procedeu-se ao reajustamento do organograma da direção com a eliminação de uma função de chefia de serviço, a separação do laboratório e do armazém de contadores e a agregação dos setores de oficinas mecânica e elétrica.

A extensa rede de infraestruturas e a variedade de trabalhos determina uma estrutura organizacional grande dividida em dois serviços distintos: Serviço de Água e Saneamento–SAS com os setores, Setor de Água–SEAG, Setor de Saneamento–SESA e o Setor de Equipamentos Eletromecânicos–SEEE+SEOF; o Serviço de Instalações e Linhas de Água–SILA com os setores Setor de Pavimentos e Instalações–SEPI e o Sector de Prolongamentos e Ramais–SERP. Além dos serviços referidos, o DEMS conta ainda com o Gabinete dos Sistemas Municipais–GSM, o Gabinete de Controlo de Perdas de Água–GCPA, o Gabinete de Ordens de Trabalho de Água e Saneamento–GOTAS e o Setor Viaturas e Equipamentos–SEVE.

Apesar destas alterações, as competências desta direção mantiveram-se inalteráveis na gestão da exploração e da manutenção das infraestruturas da Águas de Coimbra no abastecimento de água, na drenagem de águas residuais e de águas pluviais e na manutenção das linhas de água urbanas.

No ano de 2013 foi dada continuidade à execução dos planos de manutenção já implementados, nomeadamente:

- O Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) e o Programa de Controlo Operacional (PCO);
- O Plano de Descargas na Rede de Distribuição de Água;
- O Plano de Higienização e Limpeza de Reservatórios;
- A Manutenção, Recuperação e Impermeabilização de Reservatórios;
- Os Planos de Manutenção Preventiva de Estações Elevatórias de Água e de Águas Residuais;
- O Plano de Inspeção e Limpeza das Estações Elevatórias de Água e de Águas Residuais;
- O Plano de Manutenção de Infraestruturas de Saneamento – Limpeza e Desobstrução;
- O Plano de Controlo de Perdas de Água;
- O Plano de Gestão do Parque de Contadores;
- A Monitorização e Fiscalização de Descargas de Águas Residuais Industriais.

SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO-SAS

Todas as intervenções de manutenção (preventiva e curativa) necessárias à conservação das infraestruturas do abastecimento de água e na coleta das águas residuais e pluviais são as funções deste serviço tendo em vista a prestação de um serviço de elevada qualidade a todos consumidores.

Setor de Água-SEAG

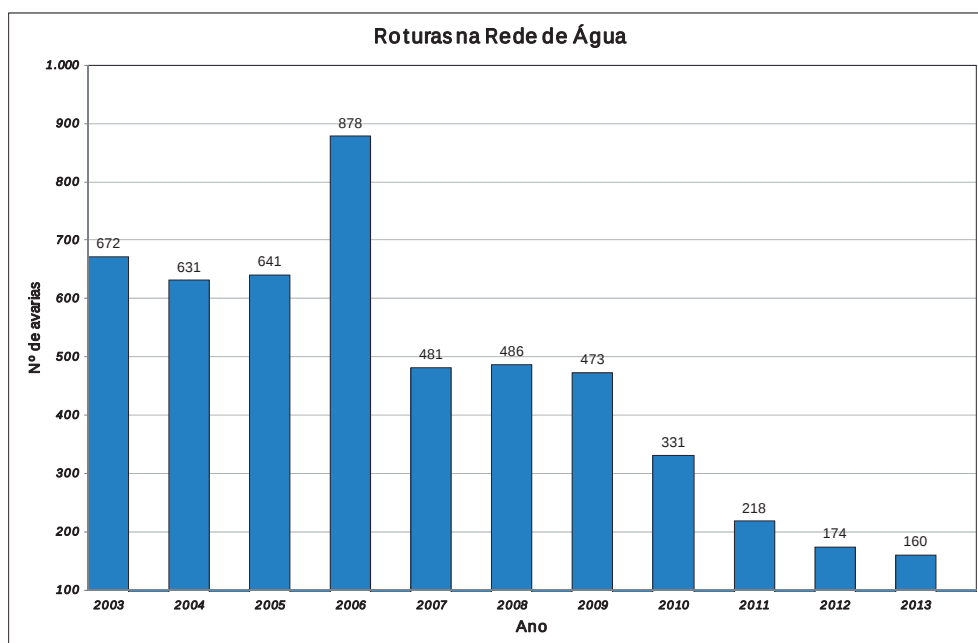
Este setor executa todas as atividades de exploração e manutenção do sistema de abastecimento de água; no quadro seguinte está resumida a atividade do setor entre 2009 e 2013, considerando as tarefas previsíveis e as tarefas imprevisíveis.

Grupo Tarefas		2009	2010	2011	2012	2013	
		Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Varição 2012/2013 (%)
Previsíveis	Na rede pública	4940	4600	4074	4432	4456	0,5%
	Nos ramais domiciliários	127	126	101	110	111	0,9%
	Movimentação de contadores	14508	10563	12461	14396	12092	-16,0%
	Total	5067	4726	4175	4542	4567	0,6%
Imprevisíveis	Na rede pública	473	331	218	174	160	-8,0%
	Nos ramais domiciliários	1969	2056	2022	1744	1619	-7,2%
	Total	2442	2387	2240	1918	1779	-7,2%

No ano de 2013, mais uma vez ocorreu uma diminuição das intervenções imprevisíveis e no aumento das intervenções previsíveis que é, claramente, a aposta do setor na manutenção preventiva.

Dos valores apresentados no Quadro salienta-se a diminuição em 8,0% do número das reparações na rede pública que é o resultado da aposta da empresa nas empreitadas de remodelação das redes de água em vários locais da cidade.

No Gráfico seguinte apresenta-se a evolução temporal do número de roturas em condutas da rede pública de abastecimento de água.



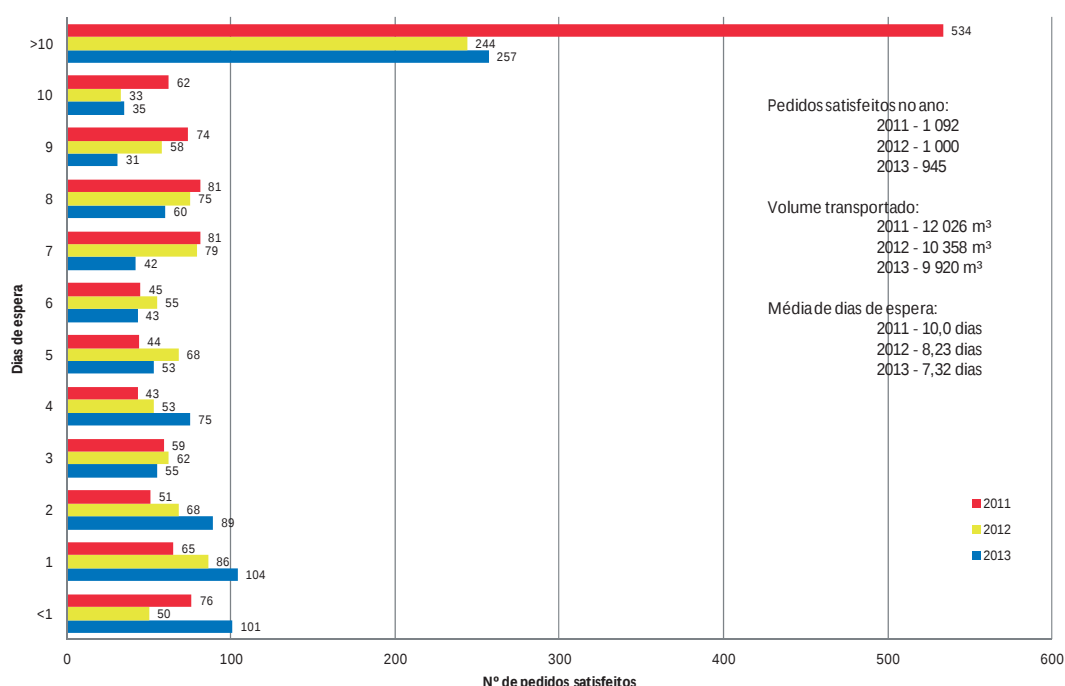
Relativamente a 2013, o número de avarias em ramais domiciliários decresceu devido às obras de remodelação da rede de água mas, salientamos que mais de 10% do valor do número de intervenções imprevisíveis tem o contributo do GCPA Gabinete do Controlo de Perdas de Água no controlo ativo de fugas.

Sector de Saneamento–SESA

É o setor responsável pela exploração e manutenção dos sistemas de drenagem de águas residuais e de águas pluviais e dá cumprimento aos diversos planos de manutenção. No ano de 2013, executaram no Plano de Manutenção de Infraestruturas de Saneamento – Limpeza e Desobstrução 523 intervenções das 607 previstas, no Plano de Inspeção e Limpeza das Gradagens das EEAR 4729 intervenções efetuadas das 4761 previstas e, no Plano de Manutenção e Limpezas de Sargetas e Sumidouros, nas 17 zonas que compõem o sistema, foram executadas 26 711 ações de limpeza nos 13 895 dispositivos cadastrados no plano.

As solicitações urgentes dos clientes que requerem a intervenção imediata da equipa de piquete de saneamento originaram 1 950 intervenções em 2013 (2 002 em 2012), sendo que 32% das ações foram desobstruções das redes prediais, 10% das ações foram desobstruções de ramais domiciliários e 10% em desobstruções da rede pública de coletores.

No ano de 2013, ocorreram 952 pedidos de limpeza e vazamento de fossas sépticas particulares (1 000 em 2012) que se traduz numa diminuição aproximada de 4.8% relativamente ao ano anterior. Destes pedidos, executaram-se 945 vazamentos que correspondeu um volume de 9 920m³ de efluente transportado e vazado (10 358m³ no ano de 2012). Relativamente ao tempo de resposta às solicitações em 2013, cerca de 73% dos pedidos efetuados foram atendidos em menos de 10 dias.



Sector de Equipamentos Eletromecânicos – SEEE Sector de Oficinas Gerais-SEOF

As atividades desenvolvidas neste setor decorrem do objetivo de otimizar e garantir a fiabilidade de funcionamento de todos os equipamentos elétricos instalados nas diversas centrais elevatórias de água e de saneamento. Seja pela implementação do plano de manutenção preventiva ou pelas ações de manutenção corretiva com carácter de urgência.

Nas 36 Estações Elevatórias de Água (EEA) que compõem o sistema, foram consumidos em 2013 cerca de 765MWh de energia elétrica (-5% do que em 2012). Para isso contribuiu a desativação da elevatória de Vendas de Pousada.

Nas estações elevatórias de águas residuais (EEAR) foram consumidos cerca 234MWh de energia elétrica valor que representa um acréscimo de cerca de 23%, relativamente ao ano de 2012 e que encontramos uma única justificação que é o facto de ser um ano com elevados índices de pluviosidade.

Com base nos resultados da exploração de 2013, calcularam-se os indicadores de desempenho relacionados com bombeamentos (distribuição de água e drenagem de águas residuais), cujos valores se apresentam nos quadros seguintes.

Nome da variável	Código	Valor da variável		
		2011	2012	2013
Capacidade máxima de bombeamento das estações elevatórias (kW)	C7	527	506	423
Consumo de energia para bombeamento (kWh)	D1	1.017.447	803.229	765.100
Consumo máximo diário de energia para bombeamento (kWh)	D2	4.877	4.337	3.205
Factor de uniformização (m ³ x 100m)	D3	2.311.932	1.644.769	1.531.567
Consumo de energia reactiva (kVar)	D4	46.552	30.515	4.094
Potência nominal de bombeamento instalada na rede de drenagem (kW)	WC10	224	243	224
Energia consumida pelas bombas da rede de drenagem (kWh)		173.882	179.947	233.826
Energia consumida pelas bombas da rede de drenagem (potência nominal x horas de bombagem - kWh)	WD15	181.739	215.806	238.468
Duração do período de referência (dias)	WH1	365	366	365

Indicador de desempenho	Valores de referência			Valores calculados		
	Mín.	Méd.	Máx.	2011	2012	2013
Ph4 - Utilização da capacidade de bombagem (%)	---	---	---	38,56	35,71	31,54
Ph5 - Consumo de energia normalizada (kWh/m ³ /100m)	0.3	0.5	0.9	0,44	0,49	0,50
Ph6 - Consumo de energia reactiva (%)	0	15	38	4,58	3,80	0,54
wPh8 - Potência de bombagem utilizada no sistema de drenagem (%)	0	5.2	26.7	9,26	10,11	12,17

Da análise dos valores obtidos, conclui-se que em 2013 houve uma melhoria em termos de consumo de energia reativa (Ph6), relativamente ao ano anterior, e a melhoria deste indicador deve-se essencialmente à

desativação da E.E.A. de Vendas de Pousada. Por igual motivo ocorreu uma diminuição do valor da energia ativa.

Nos valores referidos e relativos à operação dos sistemas, não estão incluídos os consumos dos edifícios da Rua da Alegria e do Estaleiro de Eiras que registaram 334 MWh (344 MWh em 2012) e que consiste num decréscimo de 2,9% relativamente a 2012.

Para além da responsabilidade na execução do Plano de Manutenção das Infraestruturas de Água e Saneamento que engloba 229 instalações, o SEOF tem por objetivo o apoio a todos os sectores na realização de trabalhos de mecânica e serralharia. Durante o ano de 2013, foram executados 475 trabalhos de manutenção corretiva para além dos 229 trabalhos de manutenção preventiva que garantem a fiabilidade de funcionamento de todos os equipamentos instalados em Elevatórias de Água e Saneamento, Reservatórios, Câmara de Perda de Carga e Válvulas Redutoras de Pressão.

SERVIÇO DE INSTALAÇÕES E LINHAS DE ÁGUA-SILA

Este serviço coordena dois setores, o Setor de Pavimentos e Instalações-SEPI e o Setor de Prolongamentos e Ramais-SERP, na manutenção de instalações (edifícios, reservatórios, estações elevatórias e linhas de água), na reposição de pavimentos e na execução de ramais domiciliários de água e de saneamento e prolongamentos de rede.

Sector de Pavimentos e Instalações-SEPI

A reabilitação e impermeabilização de reservatórios e pequenos tanques de água são vitais para a redução das perdas de água e garantia dos padrões de qualidade da água fornecida e, no ano de 2013, intervimos por administração direta na reparação e na impermeabilização de 3 instalações do sistema de distribuição de água, no reservatório de Sta. Apolónia e nas C.P.C. de Valongo e Casal da Misarela.

Ainda em 2013, o SEPI efetuou 31 intervenções de manutenção das áreas exteriores e limpeza das infraestruturas e 4 intervenções na manutenção das linhas de água do Gorgulão e da Arregaça.

Salientamos que os trabalhos de construção dos novos balneários das oficinas gerais foram, quanto aos trabalhos de construção civil, executados pelo SEPI por administração direta.

Em 2013, em resposta a 1 341 pedidos a equipa de reposição de pavimentos betuminosos aplicou 6 990m² de pavimentos betuminosos (4 613m² de pavimentos a quente e 2 377m² de pavimentos a frio), valor cerca de 17% superior ao correspondente a 2012 (5 955 m²). A reposição de pavimentos em calçadas foi de 245m² de pavê, 695m² de calçada portuguesa e 930m² de vidro, totalizando 1 870m² em resposta a 592 pedidos. Este valor representa um acréscimo de 10% comparativamente ao ano anterior (1 702m²).

Sector de Prolongamentos e Ramais–SERP

Relativamente ao ano de 2013, foram executados 122 ramais de água e 104 ramais de saneamento que representa um decréscimo de 19% no total de ramais que encontra justificação na diminuição de atividade da construção civil conforme se tem verificado nos últimos anos.

Sector de Viaturas e Equipamentos–SEVE

Com o extinção do Serviço de Oficinas, Viaturas e Equipamento-SOVE, o Sector de Viaturas e Equipamentos–SEVE assegurou a responsabilidade pelas Oficinas Auto na manutenção e reparação das viaturas e equipamentos usados diariamente em todas as atividades da Águas de Coimbra que se resumem a 54 viaturas ligeiras, 6 viaturas pesadas, 2 retroescavadoras, 3 miniescavadoras e 45 equipamentos industriais.

No ano de 2013, o número total de quilómetros percorridos pelas viaturas foi 1 108 256 km, mais 19 045 km do que no ano anterior (1 089 211km), e as horas de laboração dos equipamentos foi 7 536 horas que representa uma diminuição de apenas 173 horas de serviço relativamente ao ano anterior.

Relativamente aos consumos de combustível das viaturas e equipamentos, tendo em consideração a renovação parcial da frota, ocorreu um decréscimo de apenas 1 800 litros, relativamente ao ano de 2012, ou seja, em 2013 verificou-se um consumo de 153 951 litros de combustível.

GABINETE DOS SISTEMAS MUNICIPAIS-GSM

É neste gabinete que se monitoriza a qualidade da água distribuída aos consumidores da AC, que se analisa as situações de insalubridade, que se efetua a fiscalização e inspeção de redes coletoras e que se licencia e monitoriza as autorizações de descarga de água residuais industriais na rede pública de drenagem de águas residuais.

Qualidade da Água

O Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), previa para o ano de 2013, a realização de 414 amostras em torneiras de consumidores (TN), nas 3 Zonas de Abastecimento (ZA) existentes – Boavista, Olhos de Fervença, Quinta dos Cunhas, num total de 2765 análises. Este programa foi cumprido na íntegra no que diz respeito à frequência de amostragem.

Para além deste programa, obrigatório e legislado pelo Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de Agosto, a Águas de Coimbra preparou e colocou em prática um Plano de Controlo Operacional (PCO) com o objetivo de avaliar e controlar a qualidade da água na rede geral de distribuição de água e implicou a realização de amostras em diversos locais da rede pública de abastecimento de água (bocas de incêndio – BI, reservatórios – RV) e também em torneiras de consumidores.

Foram ainda realizadas outras amostragens e análises para o acompanhamento e verificação de resolução de incumprimentos e valores anómalos, solicitações e reclamações de qualidade da água, entre outros motivos; de modo a verificar a eficácia da desinfeção de condutas novas de abastecimento de água antes da sua colocação em serviço foram, também realizadas 27 amostras de água.

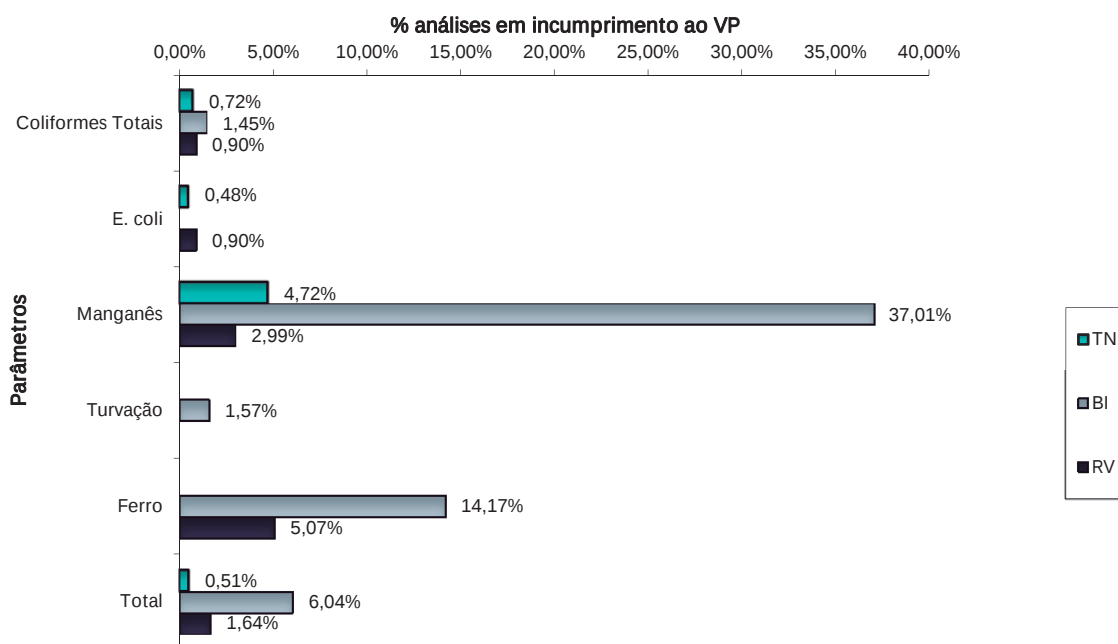
	PCQA	PCO		
	Torneiras	Torneiras	Bocas-de-incêndio	Reservatórios
Nº amostras planeadas	414	287	414	337
Nº amostras efetuadas	414	287	414	335
Nº amostras efetuadas (extra PCQA e PCO)	46	5	200	16
Nº análises exigidas pela legislação	2765	0	0	0
Nº de análises planeadas	2765	281	1877	3370
Nº de análises efetuadas	2765	281	1877	3350
Nº de análises planeadas com VP	2350	287	1209	2022
Nº de análises efetuadas com VP	2350	287	1209	2010
Incumprimentos / Valores Anómalos	12	0	73	33
Percentagem de Cumprimento	99,49%	100,00%	93,96%	98,36%

De acordo com o método de cálculo preconizado pela ERSAR, para a obtenção do valor de cumprimento de Valores Paramétricos (VP) da norma de qualidade da água para consumo humano, a Águas de Coimbra obteve, em 2013, 99,49% de análises (efetuadas em torneiras de consumidores) em conformidade com o Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de Agosto.

As causas dos incumprimentos e valores anómalos foram contaminações associadas à rede predial dos clientes (a AC não é responsável por estas ocorrências), e situações influenciadas pelas características naturais (hidrogeológicas) da origem de água para as quais poderá ter contribuído em algumas situações a insuficiência de purgas na rede. Foram ainda detetadas na rede pública, amostras com valores anómalos do parâmetro Ferro, relacionadas com a migração dos materiais de construção da rede de distribuição nos pontos de colheita.

É nas extremidades de rede e pontos de cota baixa na rede geral de distribuição de água que por vezes ocorrem acumulações de biofilme e sedimentos; para evitar a degradação dos níveis de qualidade e promover a renovação da água, a AC realizou o seu Plano de Descargas de Água, num total de 972 Pedidos de Serviço realizados no período em análise.

No gráfico que se apresenta de seguida ilustra-se a percentagem de análises em incumprimento a Valor Paramétrico (VP) por parâmetro (PCQA/PCO).



Tarifa de saneamento-reclamações

Em 2013, o número de reclamações de tarifa de saneamento quase duplicou (106 reclamações), face ao ano anterior (54 reclamações em 2012) e, justificamos o facto pela maior atenção que todos os clientes prestam ao detalhe da fatura que recebem mensalmente. No entanto, entendemos que este valor terá tendência natural para reduzir uma vez que resulta dos elementos de cadastro que tem vindo a ser atualizado.

Situações de insalubridade

Em comparação com o ano anterior, verifica-se que em 2013 houve uma redução significativa (32 situações em 2013 e 47 em 2012) na análise deste tipo de situações e resultam, com grande incidência, na falta de ligação das redes prediais ao sistema público de drenagem. Assim, no ano de 2013 foram verificadas as ligações à rede de drenagem em 6 zonas do concelho, tendo sido inspecionados 888 clientes que originaram 28 notificações.

Verificações de ligações indevidas de águas pluviais

No ano de 2013 iniciámos este processo com o planeamento de intervenção em 4 zonas. Foram analisadas, para além das zonas, dois arruamentos no centro urbano e verificou-se um total de 1340 ramais de saneamento que originaram 69 notificações.

Autorizações de descargas de águas residuais industriais-ADARI

Até ao final de 2013, encontram-se 77 autorizações de descargas de águas residuais industriais-ADARI válidas dos 133 contratos que foram inicialmente emitidos. Trata-se de um procedimento já assimilado por muitas das empresas e, grande parte delas cumprem as exigências definidas na autorização, seja nas datas de realização do autocontrolo e no cumprimento dos parâmetros de análise.

No ato de renovação das referidas autorizações e a pedido da unidade industrial, a periodicidade controlo pode ser aligeirada em função do histórico de resultados.

Veículo de Inspeção Vídeo-VIVO

No ano de 2013, executaram-se maioritariamente serviços de inspeção em redes novas, com 21 176m de rede nova inspecionada e 10 904m de rede antiga inspecionada. O decréscimo significativo de rede nova inspecionada é resultado do menor número de obras de saneamento. A inspeção das redes antigas cresceu cerca de 16% relativamente ao ano anterior.

GABINETE DE CONTROLO DE PERDAS DE ÁGUA-GCPA

No ano de 2013, o Armazém de Contadores efetuou 14 665 movimentações de contadores que se resumem a: 3 898 contratos novos, 6 779 substituições e 3 988 levantamentos. Dos 10 767 contadores que deram entrada no laboratório, 1 200 foram avaliados e classificados para abate e os restantes foram sujeitos a reparação e ensaios metrológicos de 1.^a verificação. O número total de ensaios metrológicos de 1.^a verificação executados pelo Laboratório de Contadores ascendeu a 12 092 unidades.

Para a redução de perdas aparentes foram identificados os contadores a substituir para minimização do efeito de subcontagem e de água não faturada, tendo-se substituídos 6 779 contadores durante o ano de 2013.

É ainda de referenciar que 97% de todo o parque de contadores instalado está dentro do prazo ótimo de idade para o bom funcionamento do contador.

Para minimização das perdas reais, deu-se continuidade ao trabalho de inspeção noturna às ZMC monitorizadas e as campanhas de deteção de roturas não reportadas que são executadas pela equipa de deteção de fugas.

Foram ainda realizadas auditorias às perdas de água nas Zonas de Medição e Controlo (ZMC) implementadas. Em resultado destas auditorias, apresentam-se de seguida alguns indicadores de desempenho (IWA – International Water Association), relativos a perdas de água, nomeadamente: WR1 - Ineficiência de utilização dos recursos hídricos (Perdas reais em % da água entrada no sistema), Op25 - Perdas aparentes (%), Op27 - Perdas reais por ramal (l/ramal/dia com sistema em pressão), Op28 - Perdas reais por comprimento de conduta (l/km/dia com sistema em pressão).

	2.006	2.007	2.008	2.009	2.010	2.011	2.012	2.013
WR1 (%)	27,93	26,11	21,28	21,93	18,41	18,33	16,47	19,09
Op25 (%)	7,00	7,00	3,85	3,82	3,99	4,00	4,09	3,96
Op27 (l/ramal/dia)	272	243	185	206	174	169	137	161
Op28 (l/km/dia)	11.725	10.563	7.331	7.331	6.069	6.008	4.914	5.758

Concluimos o ano de 2013 com perdas de 24,56%, um valor dentro dos objetivos definidos pela empresa e que garanta, como determina o Plano Nacional da Água, atingir 15% de perdas em 2020.

O balanço hídrico do exercício relativo ao ano de 2013 é o que se apresenta no próximo quadro.

Para a obtenção desse balanço assumiu-se o seguinte:

- Consumo não autorizado – assumiu-se 0.25% do consumo faturado medido (consumo médio equivalente a cerca de 200 clientes);
- Perdas de água por erros de medição – assumiu-se 5% do consumo faturado medido (valor que se julga razoável face ao estado do parque de contadores);
- Fugas nas condutas de adução e/ou distribuição – assumiu-se que representam 25% das perdas reais (valor assumido face à experiência que se tem adquirido no âmbito da deteção de roturas);
- Fugas nos ramais (a montante do ponto de medição) - assumiu-se que representam 75% das perdas reais (valor assumido face à experiência que se tem adquirido no âmbito da deteção de roturas).

BALANÇO HÍDRICO 2013				
Água entrada no sistema 13.149.590 [m³/ano]	Consumo autorizado 10.118.812 [m³/ano]	Consumo autorizado facturado 9.920.404 [m³/ano]	Consumo facturado medido 9.920.404 [m³/ano]	Consumo facturado 9.920.404 [m³/ano]
			Consumo facturado não medido 0 [m³/ano]	
		Consumo autorizado não facturado 198.408 [m³/ano]	Consumo não facturado medido 16.200 [m³/ano]	Água não facturada (perdas comerciais) 3.229.186 [m³/ano]
			Consumo não facturado não medido 182.208 [m³/ano]	
	Perdas de água 3.030.778 [m³/ano]	Perdas aparentes 520.821 [m³/ano]	Consumo não autorizado 24.801 [m³/ano]	
			Perdas de água por erros de medição 496.020 [m³/ano]	
		Perdas reais 2.509.957 [m³/ano]	Fugas nas condutas de adução e/ou distribuição 627.489 [m³/ano]	
			Fugas e extravasamentos nos reservatórios de adução e/ou distribuição 0 [m³/ano]	
			Fugas nos ramais (a montante do ponto de medição) 1.882.468 [m³/ano]	

Do exercício referente ao ano de 2013, com base nos volumes de água entrada neste período, e por comparação com os valores de 2012, podemos concluir que a água que entrou no sistema aumentou cerca de 144 824 m³, com uma redução de 207 078 m³ no volume faturado, e que se traduziu num agravamento das perdas comerciais de 22,12%, em 2012, para 24,56%, em 2013.

Direção Administrativa, Financeira e Comercial (DAFC)

Sustentabilidade económica e financeira

No ano de 2013 observamos a obtenção de um resultado líquido de 204.899,96€.

No entanto, sobre a evolução das principais variáveis económicas e financeiras, é oportuno analisar:

As vendas e prestações de serviços, comparando com os valores registados no ano anterior, tiveram uma variação negativa de 2,49%, consequência, sobretudo, da diminuição do consumo de água, no montante de 207.078m³.

Os juros obtidos desceram 34%, resultante da redução da taxa de juro média anual das aplicações financeiras de curto prazo.

Os Subsídios à exploração, relativos a rendas e indemnização por perda de negócio, no âmbito do contrato de adesão do Município de Coimbra ao Sistema Multi-Municipal Baixo Mondego – Bairrada, diminuiram 29,68% em relação aos montantes recebidos no ano anterior e representam 3% do total dos rendimentos e ganhos.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta um aumento de 3,39% em relação ao ano de 2012, influenciado por um aumento de 2,98% no preço do m³ da água comprada às Águas do Mondego, num volume anual de 17.000.000m³.

O gasto de recolha e tratamento de efluentes, contratualizado com a sociedade Águas do Mondego, apresenta um crescimento em relação ao ano de 2012, de 8,57%.

Em concreto, o preço passou de 0,4698€/m³ em 2012 para 0,505€/m³ em 2013, correspondendo a uma variação de 7,49% e a quantidade de 10.000.000m³ em 2012 para 10.100.000m³ em 2013, representando, deste modo, um acréscimo no volume de 1%.

Consequentemente, os fornecimentos e serviços externos apresentam, no seu conjunto, um aumento de 8,25%.

Os gastos com pessoal merecem, também, ser referidos. Registam um aumento de 9,74% quando comparados com os mesmos gastos no ano de 2012, não obstante, ter havido, em 2013, redução do número de colaboradores.

Assim, esse incremento resulta, essencialmente, do crescimento das contribuições patronais para a Caixa Geral de Aposentações, em consequência, quer do agravamento da taxa aplicada, quer do alargamento da sua base de incidência a todos os complementos remuneratórios (com exceção do subsídio de alimentação e despesas de representação).

Também, o encargo patronal, com os órgãos sociais para a Segurança Social aumentou.

Consequência do exposto, e conforme demonstramos no quadro seguinte, o ano de 2013 regista uma evolução menos positiva relativamente a alguns indicadores de desempenho da Empresa.

Ao nível de indicadores de produtividade, salientamos:

- O rácio (Vendas e prestações de serviços) / Gastos com pessoal, é de 4,41% em 2013;
- O indicador (Vendas e prestações de serviços) / nº de efetivo médio anual é de 88.404€ em 2013 face a 87.816€ em 2012.
- O Cash flow operacional – EBITDA (excluindo os subsídios à exploração) regista o valor de 4.834.824€.

Os indicadores financeiros revelam uma situação positiva como se demonstra com uma Liquidez geral de 2,03 e uma Autonomia financeira de 76,20%.

Quadro de Indicadores económicos e financeiros

	2013	2012	2011
Indicadores de produtividade:			
Volume de emprego (nº de efetivos médio anual)	278	287	296
Valor acrescentado bruto (VAB) (€)	9.566.232	11.493.351	12.176.427
VAB / Gastos com pessoal	1,72	2,26	2,15
VAB / nº médio anual de efetivos (€)	34.411	40.047	41.137
(Vendas + Prestações de Serviços) / Gastos com pessoal	4,41	4,96	4,35
(Vendas + Prestações de Serviços) / nº médio de efetivos (€)	88.404	87.816	83.041
Outros indicadores económicos:			
Rentabilidade das vendas e prestações de serviços	0,83%	1,26%	2,17%
Rentabilidade dos capitais próprios	0,32%	0,49%	0,81%
Rentabilidade do ativo	0,25%	0,38%	0,61%
EBITDA – Cash flow operacional c/subsídios à exploração (€)	5.702.309	8.763.314	9.169.060 *
EBITDA – Cash flow operacional excluindo subsídios à exploração (€)	4.834.824	7.533.331	7.122.104 *
Indicadores financeiros:			
Liquidez geral	2,03	2,23	2,03
Solvabilidade	3,20	3,38	3,03
Autonomia financeira	76,20%	77,15%	75,21%
Grau de cobertura do imobilizado por capitais permanentes	1,15	1,15	1,12

*Metodologia utilizada em 2012 com inclusão de juros obtidos.

SERVIÇO ADMINISTRATIVO E COMERCIAL - SAC

Durante o ano de 2013 continuou-se a dar especial importância ao relacionamento da Águas de Coimbra com os seus clientes, sendo de realçar os 84 487 contactos presenciais, distribuídos pelas zonas de atendimento da Rua da Alegria e pelo posto de atendimento da Câmara Municipal de Coimbra, na Loja do Cidadão.

A AC dispõe ainda da linha telefónica de atendimento para assuntos comerciais, a funcionar de forma contínua, das 9.00 às 17.00 horas.

O atendimento presencial diminuiu 4% relativamente ao observado no ano de 2012.

Atendimento presencial em 2013

	Atendimento Geral	Atendimento para Pagamentos	Total
Atendimento na sede da Águas de Coimbra	17 525	18 322	35.847
Atendimento na Loja do Cidadão		48 640	48 640
TOTAL de Atendimento presenciais	17 525	66 962	84 487

No âmbito da atividade do Serviço Administrativo e Comercial há a salientar os seguintes dados:

- A emissão de 976 461 faturas;
- Ao nível do controlo das cobranças, foram emitidos 70 239 avisos de corte, 20 527 avisos de dívida e 16 770 certidões de dívida;
- Efetuaram-se 497 711 leituras de contadores instalados;
- Rececionaram e trataram-se 369 reclamações escritas, proporcionando, aos clientes, um prazo médio de resposta de 18 dias;
- Continuou-se ainda a dedicar especial atenção aos clientes que se deparam com excesso de consumo de água, face a deficiências nas canalizações interiores. Em 2013, foram registados 374 processos de roturas;
- O tratamento, no âmbito do sector de expediente, de 61 613 documentos;

No que respeita à evolução do número de clientes da Águas de Coimbra e ao volume de água faturada, são esclarecedoras as duas tabelas que se seguem.

Nº de clientes de água e saneamento

	2011	2012	2013
Clientes de água (n.º)	83.300	83258	83.309
Estado*	373	363	352
Autarquias	625	613	624
Instituições **	169	171	174
Comércio, Indústria e Serviços	8165	7913	7664
Domésticos	73968	74198	74.495
Utilizadores da rede de saneamento (n.º)	79055	80508	80113

* Escolas Públicas do Ensino Básico e Secundário, Hospitais e Centros de Saúde e Restantes Serviços Públicos;

** Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Água faturada por tipo de cliente (m³)

Água facturada por tipo de cliente (m3)	2011	2012	Var. 2012/2011	2013	Var. 2013/2012
Estado	1.112.181	975.519	-12,29%	995.453	2,04%
Autarquias	566.253	341.725	-39,65%	291.487	-14,70%
Instituições	186.073	163.618	-12,07%	167.372	2,29%
Comércio, Indústria e Serviços	1.537.446	1.409.540	-8,32%	1.340.026	-4,93%
Domésticos	7.478.786	7.237.080	-3,23%	7.126.066	-1,53%
Total	10.880.739	10.127.482	-6,92%	9.920.404	-2,04%
Volume de efluente facturado	10.090.956	9.583.825	-5,03%	9.465.330	-1,24%

O número de clientes servidos pela rede de abastecimento de água ascendia, no final de 2013, a 83 309. O número de utilizadores da rede de drenagem de águas residuais cifrava-se em 80 113, ou seja, 96,10% dos clientes de água, valor que traduz a quase total cobertura, do Concelho de Coimbra, pela rede pública de saneamento.

Em relação ao volume de água faturada em 2013 (9.920.404 m³), constatou-se um decréscimo de 2,04% em relação ao ano anterior (menos 207.078 m³), tendência que se vem verificando na generalidade das Empresas do sector.

O volume de águas residuais faturado em 2013 ascendeu a 9.465.330 m³ (- 1,24%), o que traduz uma franja muito pequena de clientes que ainda não são serviços pela rede pública de drenagem de águas residuais.

No ano de 2013 procedeu-se à implementação de um novo modelo de fatura, mais simples e atraente, permitindo ao cliente uma melhor compreensão das diversas componentes da fatura e dando-lhe a noção do seu nível de consumo em comparação com a sua média anual, sendo assim alertado para eventuais gastos excessivos.

Deu-se continuidade a disponibilização de um serviço de comunicação automática de leituras, através da Linha Verde, permitindo ao cliente fornecer a leitura do seu contador durante as 24 horas do dia.

Por outro lado tem-se vindo a incentivar a adesão à Fatura eletrónica.

Por último, e como corolário do esforço que se tem vindo a desenvolver, ao nível da melhoria contínua do serviço que prestamos aos nossos Clientes, é de realçar que, em 2013, esta Empresa Municipal foi distinguida com mais uma menção muito honrosa ao nível da satisfação dos clientes. A Águas de Coimbra foi considerada, uma vez mais, a empresa melhor posicionada do sector da água, no Índice Nacional de Satisfação de Clientes - ECSI Portugal, relativo ao ano de 2012, mantendo a posição alcançada em 2011.

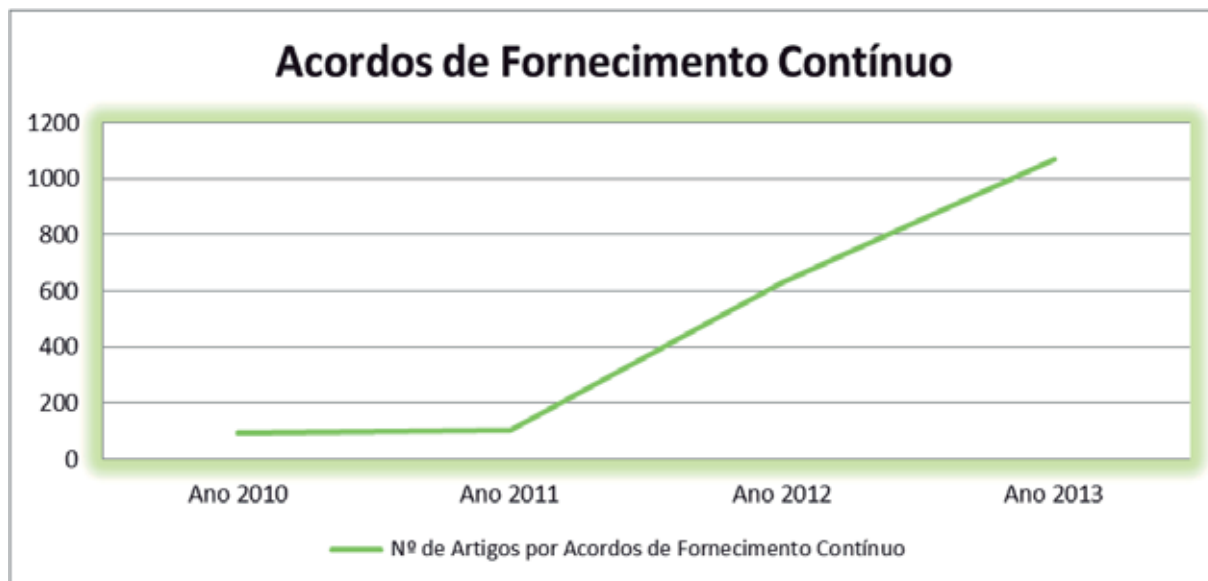
SERVIÇO FINANCEIRO, CONTABILÍSTICO, PATRIMONIAL E DE APROVISIONAMENTO - SFCPA

Gestão de compras e de existências

Tendo em vista a redução dos custos de aquisição, dos custos administrativos e de armazenagem dos bens necessários à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, reforçamos, em 2013, a contratação desses bens através de acordos de fornecimento contínuo.

De forma a dar clareza a esta política de aprovisionamento, podemos verificar que a quantidade de artigos adquiridos, em 2013, através de acordos de fornecimento contínuo, apresenta um crescimento de 69% em relação ao ano anterior.

	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Nº de Artigos por Acordos de Fornecimento Contínuo	94	105	632	1072
Total	94	105	632	1072



A utilização sistemática da plataforma eletrónica de compras (www.compraspublicas.com) proporcionou maior simplificação e transparência no âmbito da contratação pública e maior rapidez na aquisição de bens e serviços.

Em 2013, foram desencadeados 25 processos de aquisição por ajuste direto e 9 processos por concurso público;



A avaliação e qualificação dos fornecedores da Águas de Coimbra, realizada no âmbito do sistema de gestão integrado na vertente Qualidade – ISO: 9001: 2008, visa que, os mesmos, respeitem a política integrada da empresa, ao nível da idoneidade, da capacidade de resposta e da sustentabilidade financeira;

Foi dado relevo ao abate de monos e materiais obsoletos e enfoque especial na rotatividade de existências, de modo a perceber os níveis de stock adequados, minimizando os respetivos custos de armazenagem.

Ao nível da Informação contabilística e de gestão, salientamos:

- O reporte, mensal, à DGAL, da informação relativa a “Pagamentos em atraso”, nos termos previstos na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro;
- A elaboração de relatórios de gestão, trimestrais, para informação e aprovação pelo Conselho de Administração, Assembleia Geral, ROC e Município de Coimbra;
- Recolha e tratamento de informação de natureza económica e financeira, para a construção de indicadores de desempenho no abastecimento de água e no serviço de águas residuais, nos termos do definido pela ERSAR;
- A resposta aos inquéritos do Instituto Nacional de Estatística, de carácter obrigatório;
- O cumprimento de todas as obrigações de carácter fiscal do período.

SERVIÇO DE GESTÃO E PLANEAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - SGPRH

Os custos com pessoal, no ano de 2012, no relatório homólogo, tiveram a mesma tendência de descida por força da Lei do Orçamento de Estado e pela contínua saída de trabalhadores. A alteração que contrariou essa descida, relativamente ao ano anterior, foi devida à reposição dos Subsídios de Férias e de Natal aos trabalhadores que veio incrementar o valor pago por remunerações bem como os encargos sociais com a Caixa Geral de Aposentações e o Centro Nacional de Pensões.

O número de ausências por motivo de doença também aumentou o que fez com que a taxa de absentismo sofresse uma ligeira subida quando comparada com o ano de 2012, como veremos de seguida.

O número médio de horas potenciais de trabalho por mês durante o ano de 2013 foi de 42.996,81. As horas efetivamente trabalhadas por mês totalizaram uma média de 40.655,08. 43.212,02 horas por mês foi a média total de horas trabalhadas com a inclusão das realizadas a título de Trabalho Suplementar. Assim, a média total de horas extraordinárias foi mensalmente de 245,21. O total médio de horas de faltas por mês foi de 2.556,93. A média de trabalhadores durante o ano de 2013 foi de 278, sendo 239 o número médio de trabalhadores ao abrigo do RCTFP e 39 ao abrigo do CT.

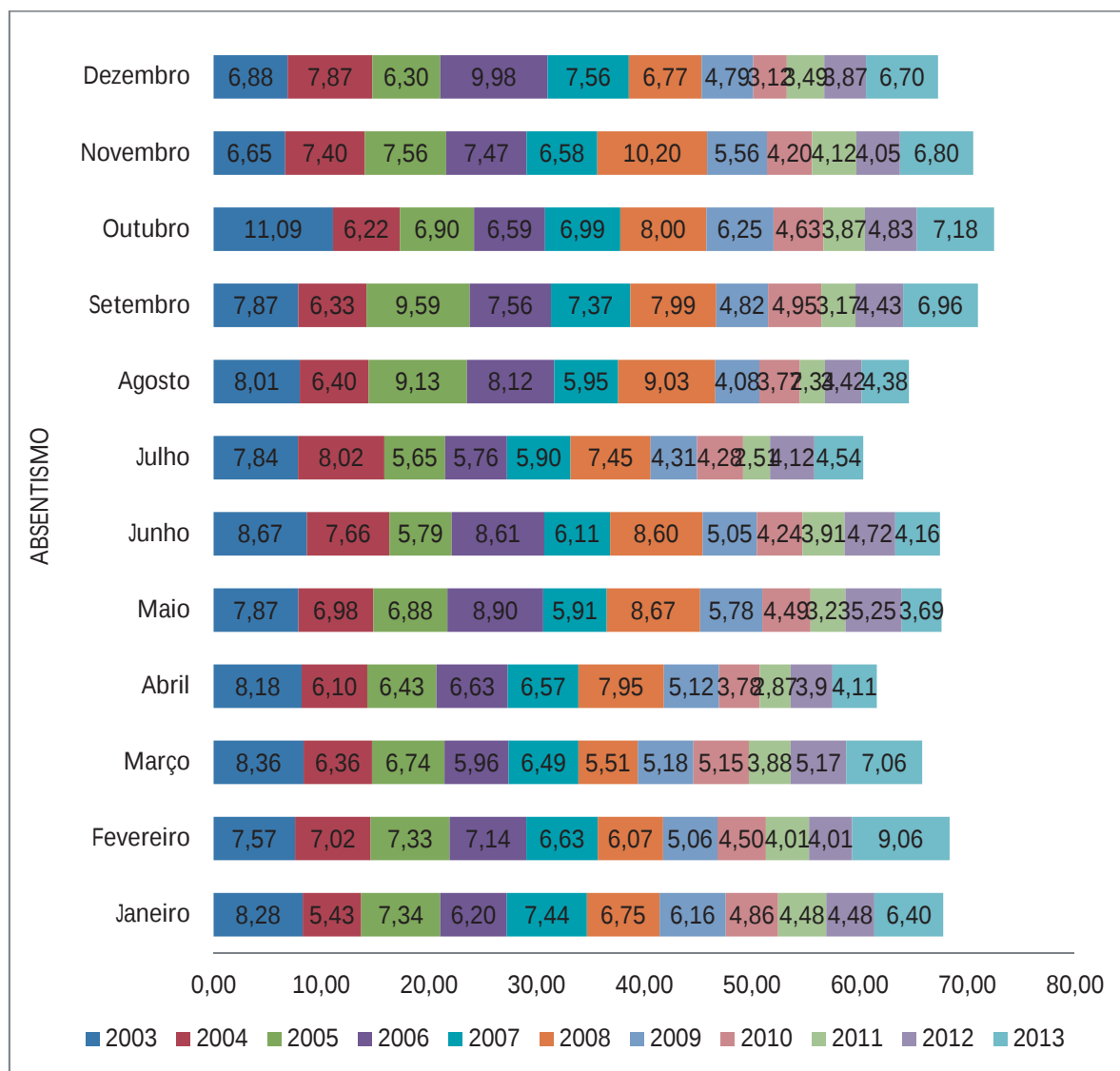
Com estes dados conseguimos chegar às taxas de absentismo que figuraram o ano de 2013 e que se encontram no quadro abaixo, comparadas com os restantes anos desde 2003, ano da constituição da empresa.

A taxa de absentismo no primeiro trimestre foi de 7.51%. No trimestre de Abril, Maio e Junho a média foi desceu para quase metade, 3.99%. No terceiro trimestre as ausências sobem para os 5.30% e culminam com a média mensal do último trimestre de 6.89%. A média do ano 2013 foi de 5.92%, tendo sido a mais alta desde 2009, de 5.18%, tendo descido em 2010 para 4.33% e acentuado esta diminuição em 2011 para 3.49%. Em 2012 começa a subida para 4.35%, tendo hoje a diferença aproximada de cerca de um ponto e meio percentual no período de um ano. A taxa de absentismo atingiu o valor mais elevado no mês de Fevereiro, com 9.06% causada por 3942 horas de falta. Os motivos foram os usuais mas com maior número de perda de dias: "faltas por doença prolongada/ internamento", "faltas por acidente de trabalho" (com ausência superior a 15 dias), "licenças parentais". Em Março o absentismo desce para a taxa de 7.06% e o número de dias perdidos por ausência desce igualmente para menos 900 horas. Maio foi o mês com menor taxa de absentismo, uma vez que não houve "faltas por acidente de trabalho" e houve apenas 5 dias (40 horas) por "licença parental", bem como a diminuição também se notou nas ausências por "doença".

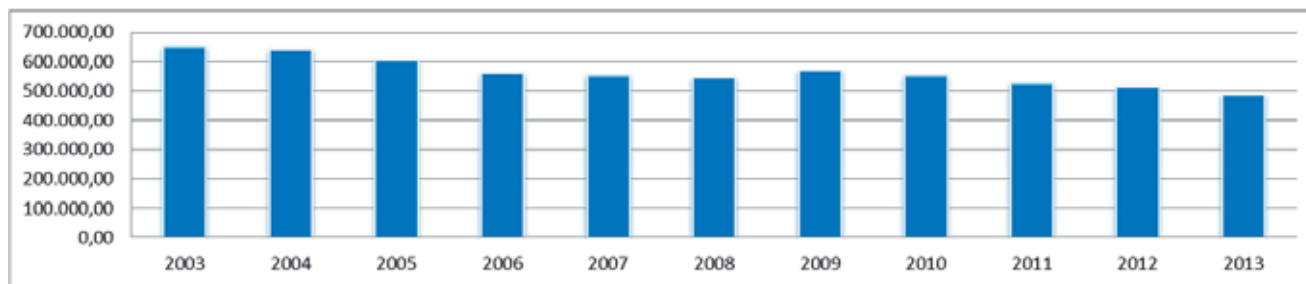
A percentagem de absentismo pelo total de colaboradores é maior no mês de fevereiro, totalizando uma taxa de 0.03% por cada um dos 281 trabalhadores. A taxa mais baixa ocorreu em maio, com 0.01%, por um total de 280 trabalhadores. A taxa de absentismo média, pelo número médio de trabalhadores, 278, totalizou 0.02%.

O aumento da taxa de absentismo em 2013, relativamente à tendência de diminuição que houve entre 2009 e 2011, deveu-se ao aumento de faltas por doença sobretudo a prolongada. Este aumento da taxa de absentismo não tem por base motivos em que se possa intervir com medidas preventivas, pois decorrem de estados de doença por vezes crónicos. Aquando da aposentação de alguns trabalhadores e regresso de outros, a tendência de decréscimo, iniciada em 2009, poderá retomar o seu rumo.

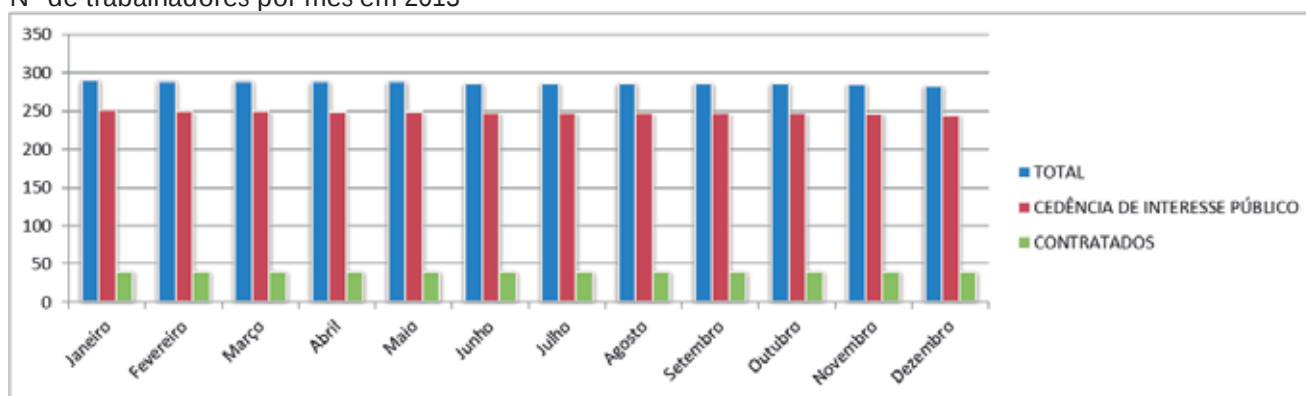
Absentismo mensal nos últimos 10 anos – de 2003 a 2013



Nº de horas efetivamente trabalhadas por ano, nos últimos dez anos – de 2003 a 2013



Nº de trabalhadores por mês em 2013



O trabalho suplementar na empresa tem vindo a diminuir desde 2003 até dez anos depois, 2013. O número médio de horas de trabalho suplementar foi no ano de 2013 de 245.21. No ano cessante, em fevereiro, atingiu-se o valor mais baixo dos últimos dez anos, com trinta e sete horas e meia.

A diminuição acentuada do número de horas de trabalho suplementar deveu-se ao facto dos dias de feriado terem diminuído por imposição da LOE, uma vez que se denota acréscimo ou diminuição do número de horas realizadas consoante os feriados do mês. A tendência é para estes valores se manterem no próximo ano.

O número médio de horas mensal, realizadas a título de trabalho suplementar, não chega a 1hora por trabalhador, fica apenas nas 0.88 horas.

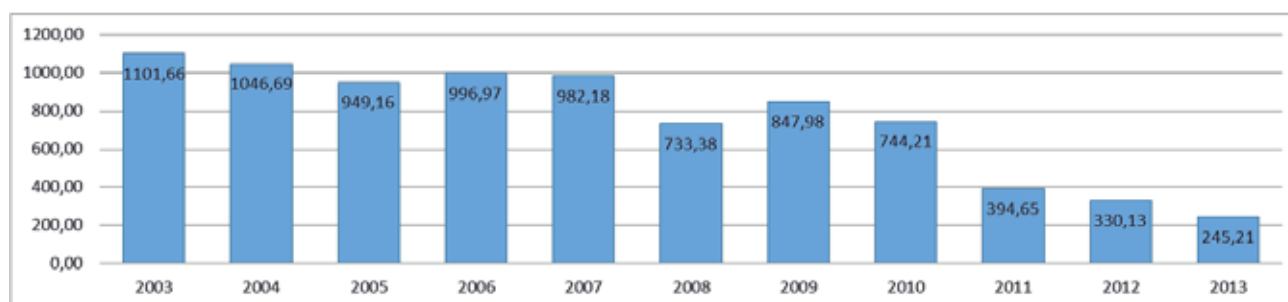
O valor pago anualmente por trabalho suplementar também diminuiu conforme se pode ver na Tabela abaixo.

Mensalmente é efetuado o registo, realizado em tabela própria para o efeito, com o respetivo acompanhamento e enquadramento legal.

Trabalho suplementar em horas nos últimos dez anos – de 2003 a 2013

TRABALHO SUPLEMENTAR (em horas)													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	média
2003	1243	612	706	1119	1001,5	1683,5	1232	980	578	1389,5	1004,12	1671,3	1101,66
2004	933,95	622	743,5	1340,48	1008	1183,5	1173,84	1587,5	878,4	981,9	1015,1	1092,08	1046,69
2005	864	478	936,5	1395,13	1252,61	851,87	947,56	1100,34	524,79	1130	778,15	1131	949,16
2006	618	781,5	562	1130,44	896	1110,5	1272,71	890	687	1474	1046,5	1495	996,97
2007	972	768,5	1340,5	955	1334	858	859,41	912	699,5	1157,5	780	1149,8	982,18
2008	644	386	887,5	545,5	736	746	547,5	614	657	661,5	1021	1354,5	733,38
2009	748	450	448	838	989	1266,8	711,5	1044,5	531,5	1114,5	817	1217	847,98
2010	810	459,5	644,5	937,5	719,5	1447,5	897	592	224,5	921,5	442	835	744,21
2011	493,5	81,5	158	718,5	179	597	348,5	300,5	199	477,5	505,3	677,5	394,65
2012	283,5	136	39,5	700	391	424	301	312,5	113,5	334	297,5	629	330,13
2013	236,5	37,5	429,5	351,5	284	384,5	296,73	300,5	113,5	82,8	99	326,5	245,21

Média de horas realizadas em trabalho extraordinário



O número de trabalhadores saídos em 2013 diminuiu, tendo sido sete o número total de saídos de janeiro, com 281 trabalhadores, e dezembro, com 274 trabalhadores. O número de trabalhadores em regime de cedência de interesse público foi onde houve a maior redução estando as saídas refletidas na tabela com a comparação entre 31/12/2012 e 31/12/2013.

Saídas de trabalhadores em regime de cedência de interesse público durante o ano de 2013

Stock de trabalhadores em 31/12/2012	244
Entradas	0
Saídas - Aposentação/reforma	7
Saídas - Cessação de comissão de serviço	0
Saídas - Cessação de contrato de trabalho por motivo imputável a qualquer das partes	0
Saídas - Cessação de mobilidade interna	0
Saídas - Celebração de contrato de cedência entre município/SM e empresas locais	0
Saídas - Cessação do contrato de cedência	0
Saídas - Outras situações	1
Saídas (total)	8
Stock acumulado no final do ano de 2013	236

Saídas de trabalhadores, com contrato por tempo indeterminado ao abrigo do CT, durante o ano de 2013

Stock de trabalhadores em 31/12/2012	39
Entradas	0
Saídas - Aposentação/reforma	0
Saídas - Cessação de comissão de serviço	0
Saídas - Cessação de contrato de trabalho por motivo imputável a qualquer das partes	0
Saídas - Cessação de mobilidade interna	0
Saídas - Celebração de contrato de cedência entre município/SM e empresas locais	0
Saídas - Cessação do contrato de cedência	0
Saídas - Outras situações	1
Saídas (total)	1
Stock acumulado no final do ano de 2013	38

Número de trabalhadores, mensalmente, com os dois regimes: ao abrigo do RCTFP e do CT, por distribuição por sexo.

ANO	MÊS	RCTFP	Masculino	Feminino
2013	Janeiro	242	206	36
	Fevereiro	242	206	36
	Março	241	205	36
	Abril	241	205	36
	Maio	241	205	36
	Junho	238	202	36
	Julho	237	201	36
	Agosto	237	201	36
	Setembro	237	201	36
	Outubro	237	201	36
	Novembro	237	201	36
	Dezembro	236	200	36
	Média anual	238,83		

ANO	MÊS	CT	Masculino	Feminino
2013	Janeiro	39	24	15
	Fevereiro	39	24	15
	Março	39	24	15
	Abril	39	24	15
	Maio	39	24	15
	Junho	39	24	15
	Julho	39	24	15
	Agosto	39	24	15
	Setembro	39	24	15
	Outubro	39	24	15
	Novembro	38	23	15
	Dezembro	38	23	15
	Média anual	38,83		

Valor pago de Trabalho Suplementar

2010	2011	2012	2013
87.592,87 €	44.875,19 €	29.706,91 €	20.996,97 €

Valor pago de remunerações desde 2010 a 2013

2010	2011	2012	2013
5.564.115,41 €	5.029.913,26 €	4.360.768,93 €	4.595.465,39 €

O perfil sócio-demográfico da empresa, evidenciado no relatório do ano anterior, mantém-se relevando-se pequenas alterações resultantes da saída do número de trabalhadores. A maioria dos trabalhadores é do sexo masculino (81.38%). No entanto, as mulheres continuam a apresentar um grau de habilitações mais elevado comparativamente com os trabalhadores do sexo masculino.

SERVIÇO DE FORMAÇÃO, SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO - SFSHST

O relatório pretende que se analise e avalie as atividades desenvolvidas pelo SFSHST, pelo que começaremos por nomear os objetivos que se pretenderam atingir e que foram delineados no Plano de Atividades de 2013, para as diferentes áreas:

Formação e desenvolvimento

- melhorar os conhecimentos e as competências, no sentido de aumentar a valorização e o desenvolvimento das pessoas.
- preencher as necessidades específicas das funções de direcção, planeamento e gestão, procurando garantir os níveis de desenvolvimento de competências nas áreas e funções chave.

Os objetivos operacionais procuravam que se atingisse, pelo menos, 75% da formação identificada como necessária em 2013, quer na modalidade de formação intraempresa, quer na modalidade interempresa. Os resultados situaram-se nos 86% na modalidade intraempresa, ou seja, dos 21 cursos/ações informação sensibilização (AIS) inscritos no Plano de Formação, realizaram-se 18. No que concerne à modalidade interempresa foram realizados 37 dos 40 cursos/AIS do Plano de Formação, correspondendo a 93%. Referir, ainda, que 69% da formação foi planeada conforme o que estava definido no Plano de Formação, 9% acima do que estava programado.

Estes 55 cursos/AIS realizados - número próximo ao do ano anterior (59), envolveu 236 trabalhadores, traduzindo-se numa percentagem de trabalhadores com formação, neste ano, na ordem dos 85%. O objetivo, neste âmbito, era garantir a frequência de formação a 50% dos trabalhadores. Se observarmos o número de participações, verificamos que atingiram as 670 participações, ou seja, cada trabalhador participou em média 2,4 vezes em cursos/AIS.

Outro dos objetivos estabelecidos era acautelar o tempo médio de formação por colaborador, que se firmou em 5 horas de formação. Este objetivo foi amplamente conseguido, fixando-se perto das 11h. Se

tivermos como linha de conta o número de horas de formação, verificamos que realizámos 2960 horas no conjunto das duas modalidades, o que fica muito acima do número de horas obrigatórias - 973 horas. Este número é calculado considerando que 10% dos trabalhadores têm que realizar 35 horas de formação, conforme estabelece o Código de Trabalho.

Formação – 2013				
Modalidade	Cursos/AIS	nº horas dos cursos	nº participações	nº horas formação
Intraempresa	18	36	532	876
Interempresa	37	511	138	2084
Total	55	547	670	2960

Indicadores Formação	2012	2013
Percentagem de trabalhadores com formação	93,7%	84,9%
Rácio de participação	3,9	2,4
Média de horas de formação por trabalhador	11h	11h
Média de horas de formação por formando	12h	13h
Rácio de horas formação intraempresa/interempresa	3h	4h
Nº horas de formação dos cursos	27081h	30085h
Nº total de trabalhadores com formação	269	236
Nº de trabalhadores a 31/12	283	274
Nº médio de trabalhadores	287	278

Saúde e acompanhamento social

- Promover a vigilância da saúde dos trabalhadores, organizando o Programa de Prevenção Social e Saúde - medicina do trabalho; medicina preventiva e medicina curativa, contribuindo para o bem-estar físico, mental e social do trabalhador.
- Desenvolver o apoio e a orientação social a colaboradores em situação de maior debilidade, orientando-os para melhorarem as suas condições psicossociais, com vista à melhoria do seu desempenho no trabalho.

Nesta área os objetivos operacionais do SFSHST eram, associados estreitamente ao 1º ponto, realizar visitas domiciliárias a 70% dos trabalhadores que se encontrassem de baixa por doença por períodos superiores a 15 dias. Quanto à meta orientada para o 2º objetivo, era o de diagnosticar as causas e orientar 90% dos

trabalhadores com alcoolemia superior a 0,5 g/l (limite máximo permitido no regulamento de alcoolemia da AC).

Relativamente ao 1º objetivo, o acompanhamento social e médico foi prestado a 19 dos 21 casos nesta situação, fixando-se, portanto, nos 90%, enquanto o 2º objetivo registou um resultado de 100%, ou seja, todos os casos (7) em que o controlo de alcoolemia detetou valores superiores ao permitido, foram objeto de orientação médica e social, isto para além dos consequentes efeitos disciplinares previstos no regulamento. Registe-se que foram realizados mais de 400 testes durante o ano de 2013 e que o número de testes negativos (>0,50g/l) assinalou mais de 98% de testes negativos.

Alcoolemia					
N.º testes	Nº testes negativos	% testes negativos	Nº testes positivos	% testes positivos	Diagnóstico
420	413	98,3%	7	1,6%	7

Para além dos objetivos específicos que foram inscritos nos objetivos do Serviço, o trabalho no âmbito do Acompanhamento Social estendeu-se a mais de 50 trabalhadores, que se traduziu em 120 consultas, que produziu dezenas de informações e recomendações, conforme se pode notar no quadro imediato.

Acompanhamento social		Informações e recomendações de saúde e apoio social	
N.º colaboradores	Nº consultas	Saúde	Apoio social
59	120	77	3

Por último, assinalar que recorreram aos serviços de saúde “medicina curativa” a grande maioria dos trabalhadores da AC, realizando-se em 2013 mais de 470 consultas. Este número revela bem a importância que os trabalhadores dão à assistência médica que a empresa presta, que se traduz não só num benefício para os trabalhadores mas, também, para a própria empresa, uma vez que se reduzem os tempos de ausência dos trabalhadores por este motivo. Mais este serviço permite uma maior vigilância médica que contribui para prevenir o absentismo. Já o número das consultas de medicina do trabalho decorre das regras que o regime jurídico da promoção da segurança e saúde estabelece, no âmbito da vigilância médica aos trabalhadores.

Consultas de Medicina Curativa		Consultas de Medicina Trabalho	
Consultas	Nº receitas	Periódicas	Ocasionais
474	214	171	39

Segurança no Trabalho / Coordenação de Segurança

- Acompanhar e fiscalizar as empreitadas da AC, garantindo o cumprimento das exigências legais, de forma a confirmar a segurança dos trabalhadores em obra mas, também, a boa organização e gestão da obra.

Associado a este objetivo foram estabelecidas metas, que se traduziram, da seguinte forma: visitar em média de 10 em 10 dias as empreitadas de obras públicas promovidas pela AC e, uma outra, que era realizar reuniões de CSO das empreitadas obras públicas promovidas pela AC, em média de 14 em 14 dias.

Quanto ao primeiro, o resultado foi calculado com base no n.º de dias com obras em curso sobre o n.º de visitas realizadas, que se exprimiu no final do ano numa média de visitas 5 em 5 dias às empreitadas. A meta para o 2º objetivo, que traduzida pelo n.º de dias de obra sobre o n.º de reuniões realizadas, foi também superada, realizando-se, em média, reuniões de CSO de 8 em 8 dias.

CSO							
Nº de Obras	Nº de dias de obra	Nº de Visitas	Nº médio de visitas	Nº de Reuniões	Nº médio de reuniões	Nº de Actas	Nº de Obras em Período de Garantia
18	1403	303	5	171	8	171	12

Para além destes números associados à atividade de coordenação de segurança em obra, importa referir que na qualidade de coordenação de segurança em fase de projeto, foram elaborados Planos de Segurança e Saúde, Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos e Compilações Técnicas, bem como foram feitas avaliações de propostas de concursos, conforme apontado na tabela seguinte:

CSP	
Elaboração de PSS, PPG e CT	Avaliação de Propostas de Concursos
14	7

Segurança no Trabalho HST / AC

- Reforçar as condições de segurança do trabalho e dos trabalhadores da AC, criando mecanismos de segurança associados aos trabalhos que realizam, aos equipamentos que usam e às máquinas com que operam, visando assegurar condições que eliminem ou reduzam ao mínimo os riscos de ocorrência de acidentes de trabalho.

Neste âmbito a preocupação foi centrada em garantir visitas de acompanhamento de SST aos trabalhos e colaboradores da AC. A meta traçada foi de efetuar duas visitas por semana aos trabalhos. O resultado alcançado, no final do ano, traduziu-se numa média de 3 visitas de acompanhamento. Este desfecho é a tradução do nº de trabalhos acompanhados (142) sobre o n.º semanas do ano (52).

No quadro abaixo pode verificar-se como se distribuiu o acompanhamento aos trabalhos realizados pelos trabalhadores da Águas de Coimbra, por tipo de risco.

Nº de Trabalhos Acompanhados por tipo de risco							TOTAL
0 (sem risco)	1	2	3	4	1,4	2,4	
65	30	6	3	23	14	1	142

Trabalhos de risco elevado: risco1 - trabalhos em profundidade/movimentação de terras a mais de 1,20m; risco2 - espaços confinados, a mais de 1,80m; risco3 - trabalhos em altura, a mais de 1,80m; risco4 - trabalhos na via pública, com extensão superior a 5m; risco1,4 - trabalhos em profundidade/movimentação de terras a mais de 1,20m, associados a trabalhos na via pública, com extensão superior a 5m.

As atividades internas de Segurança no Trabalho/HST centraram-se, assim, no acompanhamento aos trabalhos realizados pelos trabalhadores das Águas de Coimbra e completaram-se, entre outras, na análise das condições de segurança nos mais diversos domínios, na elaboração de relatórios de avaliação e recomendação, na implementação de medidas corretivas de HST, de acordo com o seguinte quadro:

HST						
Visitas à obra e Infraestruturas	Recomendações Irregularidades	Implementação Medidas Segurança / Recomendações	Investigação o Acidentes Trabalho	Recomendação Acidentes Trabalho	Implementação das medidas	Relatórios / Procedimentos
142	32	32	23	13	13	2

Por último, apresentamos alguns dados e indicadores relativos a Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, na Águas de Coimbra (os indicadores não incluem informação referente aos acidentes no percurso).

Em 2013 houve um acréscimo do nº de acidentes no trabalho, que não poderemos descurar, mas que será objeto de análise numa leitura mais profunda e de conjunto, nomeadamente, a partir das investigações dos acidentes de trabalho.

O valor da TF deste ano contrária, assim, a tendência que se vinha a registar, entrando em valores considerados desajustados para o desejado (ver tabela da OMS), embora em termos absolutos o nº de

acidentes (24) fique abaixo dos 25 acidentes registrados em 2010 – ano de referência com a integração de técnicos de HST no serviço.

Em todo o caso, no cômputo geral, o valor encontra-se num patamar bastante inferior aos mais de 30 acidentes que se registavam há 5 anos atrás.

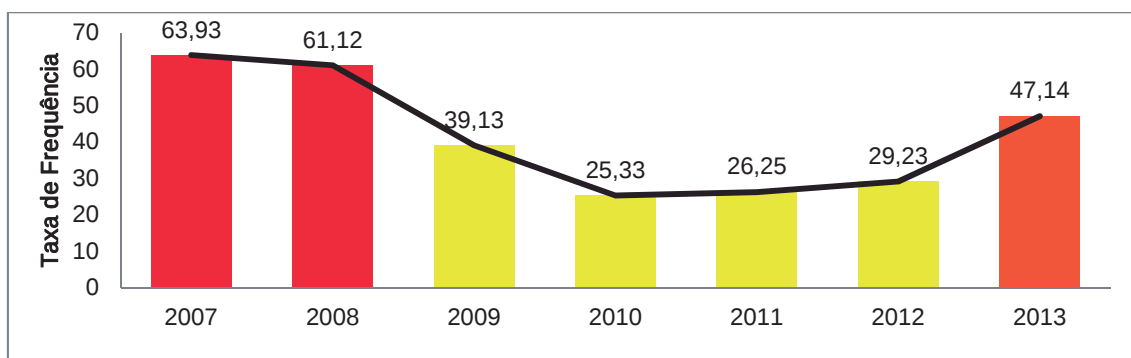
Taxa de Frequência - TF

Frequência com que ocorrem AT em cada 1 milhão de horas de trabalho

$TF = (\text{n}^\circ \text{ acidentes trabalho com baixa} / \text{n}^\circ \text{ de horas trabalhadas}) * 1.000.000$

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de AT com baixa superior a 1 dia	40	34	32	25	17	16	24
Nº de horas de trabalho	516169	507218	511114	592168	533392	513118	487861
Taxa de Frequência	63,93	61,12	39,13	25,33	26,25	29,23	47,14

Avaliação da Taxa de Frequência (OMS)			
Bom	Médio	Mau	Muito mau
<20	20-40	40-60	> 60



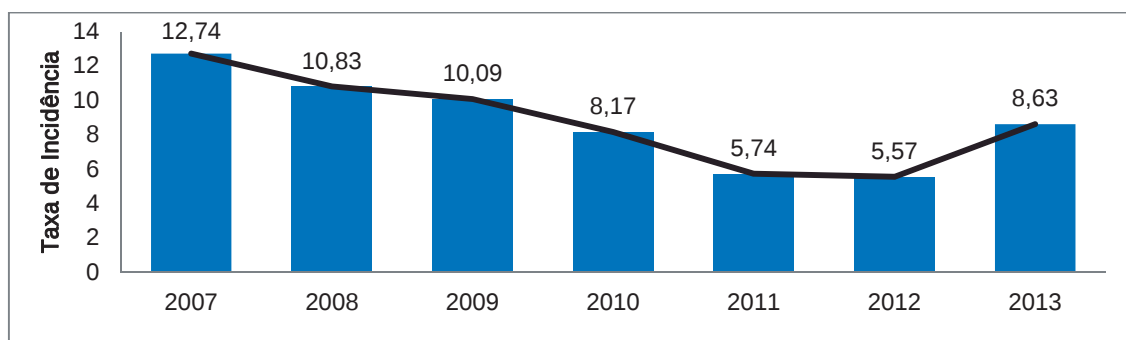
A TI mede o nº de acidentes que ocorrem em cada 100 trabalhadores. Apresenta um valor de 8,6 acidentes, inferior a 10 acidentes, mas denota uma aproximação aos valores de 2010, embora afastado dos anos anteriores ao ano de referência.

Taxa de Incidência - TI

Nº de acidentes que ocorrem em cada 100 trabalhadores

$$TI = (\text{nº acidentes de trabalho} / \text{nº total trabalhadores no período}) * 100$$

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de acidentes no trabalho (não inclui acidentes de trajecto)	40	34	32	25	17	16	24
Nº de trabalhadores (31 Dez)	313	315	312	300	291	283	274
Taxa de Incidência	12,74	10,83	10,09	8,17	5,74	5,57	8,63



Já o valor da TG se manteve idêntico aos dos últimos anos, ou seja entre 5 e 6, rondando este ano os 6 dias perdidos por cada 10 mil horas trabalhadas. Este valor é considerado médio de acordo com a tabela da OMS e aproximam-se do valor considerado como “Bom”, que se situa abaixo de 5.

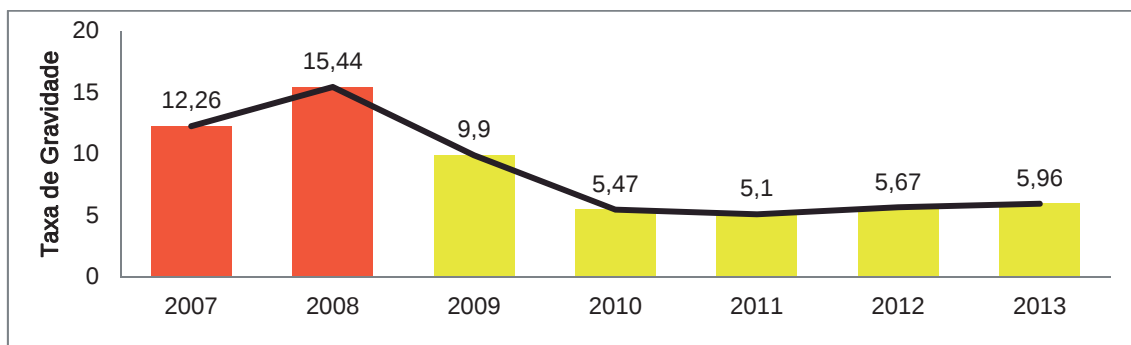
Taxa de Gravidade - TG

N.º dias perdidos por acidente em cada 10 mil horas de trabalho

$$TG = (\text{nº dias de trabalho perdidos} / \text{nº horas trabalhadas no período}) * 10.000$$

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de dias de trabalho perdidos	633	783	506	324	272	291	291
Nº de horas de trabalho	516169	507218	511114	592168	533392	513118	487861
Taxa de Gravidade	12,26	15,44	9,90	5,47	5,10	5,67	5,96

Avaliação da Taxa de Gravidade			
Bom	Médio	Mau	Muito mau
< 5	5-10	10-20	> 20



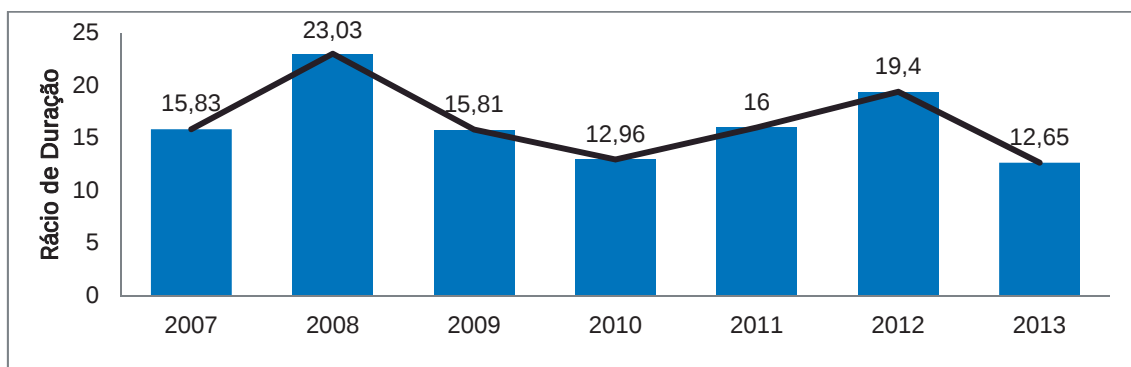
O rácio de Duração (RC), que estima o tempo médio de incapacidade temporária derivada de acidente de trabalho, regista este ano o valor mais baixo de sempre - 12,7 dias de “baixa” por acidente de trabalho, o que compaginado com outros indicadores poderá adiantar que os acidentes

Rácio de Duração - RC

Tempo médio de incapacidade temporária por acidente de trabalho

TD= (nº de dias de trabalho perdidos / nº acidentes de trabalho)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de acidentes no trabalho (não inclui acidentes de trajecto)	40	34	32	25	17	16	24
Nº de dias de trabalho perdidos	633	783	506	324	272	291	291
Rácio de Duração	15,83	23,03	15,81	12,96	16,00	19,40	12,65



Em síntese, pelo que acima ficou descrito, deveremos manter e se possível reforçar o acompanhamento aos trabalhos e aos trabalhadores da AC, apostando na melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho, conscientes e sabedores que o esforço e o investimento nesta área não podem abrandar, para que uma maior cultura de segurança se consolide na Águas de Coimbra.



Gabinetes de Apoio

Gabinete de Auditoria Interna (GAI)

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) em 2013 teve como principal objetivo garantir a renovação da Certificação obtida no final de 2010. Para isso, foram realizadas várias atividades, algumas inerentes ao próprio sistema, outras relacionadas com a implementação de melhorias. Podem-se destacar as seguintes:

- Realização do programa de Auditorias Internas;
- Controlo metrológico dos equipamentos de medição (exceto contadores de água);
- Elaboração de nova documentação e de novas edições de documentos já em vigor;
- Acompanhamento das não conformidades e das ações decorrentes;
- Apoiar a implementação de várias ações de melhoria;
- Auditoria de Renovação realizada pela APCER no mês de Outubro, que abre um novo ciclo de certificação de 3 anos.

Relativamente ao programa de auditorias, no ano de 2013 foram realizadas 3 auditorias internas. Uma destas auditorias incidiu sobre todo o SGQ e serviu de preparação para a auditoria de Acompanhamento da APCER. As restantes auditorias foram parciais e incidiram sobre atividades mais específicas, de modo a permitir uma maior profundidade na análise, tendo sido auditadas as seguintes atividades:

- Gestão das Reclamações;
- Controlo da Qualidade em Empreitadas.

Estas auditorias tiveram como resultado um conjunto de ações de melhoria com o objetivo de otimizar o desempenho da AC.

No que diz respeito ao controlo metrológico dos equipamentos de medição foi cumprido o respetivo plano, tendo este Gabinete contado com o apoio do SEEE nos equipamentos de medição da Telegestão.

Quanto à documentação, entraram em vigor ao longo do ano um total de 81 novas edições de documentos, dos quais 3 relativos a novos documentos (1ª edição), e 78 resultantes de novas edições de documentos já em vigor.

Este gabinete ministrou ainda uma ação de formação na norma NPENISO9001:2008 e sua relação com o Sistema de Gestão da AC, com a duração de 7 horas. Foram ainda ministradas várias ações de formação/informação para a entrada em vigor dos novos documentos.

O GAI colaborou ainda nos trabalhos preparatórios para a implementação do Balanced Scorecard, que através da elaboração de análises SWOT e PEST.

Uma outra componente representativa do trabalho deste gabinete está relacionada com o apoio dado a todos os setores, no desenvolvimento das suas atividades ou projetos, destacando-se, para além da definição, acompanhamento e fecho dos objetivos.

Como corolário de todo este trabalho, a Auditoria de Renovação ao Sistema de Gestão da Qualidade, teve como resultado a renovação da certificação, dando início a um novo ciclo de 3 anos com auditorias anuais de acompanhamento, o que atesta o comprometimento da AC em melhorar continuamente o seu desempenho.

TARIFÁRIO

Em 2013 não houve alteração do tarifário, mantendo-se as tarifas que vigoraram em 2012, com exceção das Taxas de Recursos Hídricos (TRH) para Água e Saneamento que sofreram uma ligeira alteração.

Mesmo sem alteração tarifária, verificou-se, tal como no ano anterior, uma quebra no consumo, isto é, o volume de água faturada baixou de 10127482m³ em 2012, para 9919870m³ em 2013, o que representa uma redução de 2%.

Os mapas que nas páginas seguintes se apresentam, com os Indicadores de Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) com valores auditados pela referida entidade para 2011 e 2012, e com valores ainda não submetidos à Entidade Reguladora (em apuramento) para 2013, evidenciam uma melhoria no desempenho/qualidade do serviço prestado aos utilizadores, deixando ainda alguns desafios para se prosseguir com a melhoria contínua no caminho da Excelência.

INDICADORES DE QUALIDADE - SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS					
INDICADOR	AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.			ERSAR	
	2013 (Não Auditados)	2012 (Auditados)	2011 (Auditados)	VALORES DE REFª	
ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR					
Acessibilidade do serviço aos utilizadores					
AR01b	Acessibilidade física do serviço (%)	96,5	96,4	96,0	85 a 100% - Boa;70 A 85 - Mediana;<70 Insatisfatória
AR02ab	Acessibilidade económica do serviço (%)	0,23	0,23	0,19	0 a 0,50 - Boa;0,50 a 1,00 - Mediana;>1,00 - Insatisfatória
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores					
AR03b	Ocorrências de inundações [n°/(1000 ramais.ano)]	0,10	0,15	0,15	0 a 0,25 - Boa;0,25 a 1,0 - Mediana;>1,0 - Insatisfatória
AR04ab	Resposta a reclamações e sugestões (%)	100	99,1	100	100 - Boa; 85 a 99,99 - Mediana;<85 Insatisfatória
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO					
Sustentabilidade económica					
AR05ab	Cobertura dos gastos totais	0,95	0,90	0,80	1 a 1,1 - Boa; 0,9 a 1,0 ou 1,1 a 1,2 - Med.; 0,0 a 0,9 ou >1,2 - Insatisf.
AR06b	Adesão ao serviço (%)	93,4	93,6	91,5	100,0 a 95,0 - Boa; 95,0 a 90,0 - Med.; <90% - Insatisfatória
Sustentabilidade infraestrutural					
AR07ab	Adequação da capacidade de tratamento (%)	NA	NA	NA	80 a 100 - Boa; 60 a 80 - Mediana; <60 - Insatisfatória
AR08ab	Reabilitação de colectores (%/ano)	0,3	0,3	0,3	1,0 a 4,0 - Boa; 0,8 a 1,0 ou 4,0 a 10,0 - Med.; 0,0 a 0,8 - Insatisfatória
AR09ab	Ocorrência de colapsos estruturais em colectores [n°/(100 km.ano)]	0,2	0,2	0,2	0,0 - Boa; 0,0 a 2,0 - Med.; >2,0 - Insatisfatória
Produtividade física dos recursos humanos					
AR10b	Adequação dos recursos humanos [n°/(100km .ano)]	10,5	11,0	12,5	5,0 a 11,0 - Boa; 2,5 a 5,0 ou 11,0 a 14 - Med.; 0 a 2,5 ou >14 - Insatisfatória
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
Eficiência na utilização de recursos ambientais					
AR11ab	Eficiência energética de instalações elevatórias [kwh/(m3.100m)]	1,34	1,18	1,71	0,27 a 0,45 - Boa; 0,45 a 0,68 - Med.; >0,68 - Insatisfatória
Eficiência da prevenção da poluição					
AR12ab	Destino adequado de águas residuais recolhidas (%)	100,00	100,00	100,00	100 - Boa; 100 a 95 - Med.; <95 - Insatisfatória
AR13ab	Controlo de descargas de emergência (%)	57,14	100,00	100,00	90 a 100 - Boa; 90 a 80 - Med.; <80 - Insatisfatória
AR14ab	Análise de águas residuais realizadas (%)	72,73	100,00	NA	100 - Boa; 100 a 95 - Med.; <95 - Insatisfatória
AR15ab	Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	46,30	97	NA	100 - Boa; 100 a 95 - Med.; <95 - Insatisfatória
AR16ab	Destino das lamas do tratamento (%)	100,00	100,00	100,00	100 - Boa; 100 a 95 - Med.; <95 - Insatisfatória
NA - não aplicável (o tratamento de águas residuais é realizado pela Águas do Mondego)					

INDICADORES DE QUALIDADE DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA					
INDICADOR		AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.			ERSAR VALORES DE REFª
		20113 (Não Auditados)	2012 (Auditados)	2011 (Auditados)	
ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR					
Acessibilidade do serviço aos utilizadores					
AA01b	Acessibilidade física do serviço (%)	100	100	100	90%a 100% - Boa; 80 a 90 - Mediana; <80 - Insatisfatória
AA02ab	Acessibilidade económica do serviço (%)	0,31	0,31	0,27	0 a 0,50% - Boa; 0,50 a 1,00 - Mediana;>1,00 - Insatisfatória
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores					
AA03b	Ocorrências de falhas no abastecimento[nº/(1000 ramais.ano)]	0,3	0,4	0,3	0,0 a 1,0 -Boa; 1,0 a 2,5 - Mediana; >2,5 - Insatisfatória
AA04ab	Água Segura (%)	99,50	99,68	99,39	98,50 a 100 - Boa; 94,50 a 98,50 - Mediana;<94,50 - Insatisf.
AA05ab	Resposta a reclamações e sugestões (%)	100,0	100,0	99,0	100 - Boa; 85 a 99,99 - Mediana;<85 - Insatisfatória
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO					
Sustentabilidade económica					
AA06ab	Cobertura dos gastos totais (-)	1,07	1,12	1,20	1,0 a 1,1Boa; 0,9 a 1,0 ou 1,1 a 1,2 Med.; <0,9 ou >1,2 Insatisf.
AA07b	Adesão ao serviço (%)	93,8	93,4	93,1	100,0 - Boa; 100,0 a 90,0 - Med.; <90,0 - Insatisf.
AA08ab	Água não facturada (%)	24,6	22,1	23,9	0 a 20,0 - Boa; 20,0 a 30,0 - Med.; >30 - Insatisfatória
Sustentabilidade infraestrutural					
AA09ab	Adequação da capacidade de tratamento (%)	NA	NA	NA	90 a 100 -Boa; 70 a 90 - Mediana; <70 - Insatisfatória
AA10ab	Reabilitação de condutas (%/ano)	3,6	3,3	3	1 a 4,0 - Boa; 0,8 a 1,0 ou 4 a 100 - Mediana;<08 - Insatisfatória
AA11ab	Ocorrências de avarias em condutas [nº/(100km . Ano)]	13	15	18	0 a 30 - Boa; 30 a 60 - Mediana;>60 - Insatisfatória
Produtividade física dos recursos humanos					
AA12b	Adequação dos recursos humanos(nº/1000 ramais)	3,3	3,5	3,5	2 a 3,5 - Boa; 1,5 a 2 ou 3,5 a 4,3 - Med.;<1,5 ou >4,3 - Insatisfatória
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
Eficiência na utilização de recursos ambientais					
AA13b	Perdas reais de água [l/(ramal.dia)]	159	137	169	0 a 100 - Boa; 100 a 150 - Med.; >150 (litros /ramal /dia) - Insatisf.
AA14ab	Cumprimento do licenciamento de captações (%)	NA	NA	NA	100 - Boa; 90 a 100 - Mediana; <90 - Insatisfatória
AA15ab	Eficiência energética de instalaçõeselevatórias [kwh/(m3.100m)]	0,50	0,49	0,44	0,27 a 0,40 - Boa; 0,40 a 0,54 - Med.; >0,54 - Insatisfatória
Eficiência da prevenção da poluição					
AA16ab	Destino das lamas do tratamento (%)	NA	NA	NA	100 - Boa; 95 a 100 - Mediana;<95 - Insatisfatória
NA - não aplicável (não há captações de água e toda a água entrada no sistema é importada à Águas do Mondego					

Gabinete Técnico e de Inovação (GTI)

No decorrer do ano de 2013, o Gabinete Técnico e de Inovação (GTI) desenvolveu várias atividades de planeamento e apoio a projeto de sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

O GTI integrou a equipa da AC que participou na Iniciativa Nacional para a Gestão Patrimonial de Infraestruturas (iGPI) promovida pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Instituto Superior Técnico (IST) e Addition, Lda., com o objetivo principal de capacitar as entidades gestoras de serviços urbanos de água a desenvolver sistemas de GPI, com ênfase no desenvolvimento e implementação de planos de GPI. Esta iniciativa pretendeu iniciar a implementação de GPI na AC, que, para além do cumprimento da legislação (Decreto-Lei 194/2009 de 20 de Agosto), tem como objetivo apetrechar a empresa de novos instrumentos de planeamento e de apoio à decisão, que permitam aumentar a fiabilidade e sustentabilidade das infraestruturas e promover a satisfação dos clientes.

Durante o ano de 2013 a Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) incidiu principalmente em nove sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, ao nível dos planeamentos tático e operacional, procedendo a uma análise detalhada dos mesmos, permitindo definir táticas que possibilitem o seu melhor desempenho, numa perspetiva de todo o ciclo de vida das respetivas infraestruturas, realizando o seu desenvolvimento de forma coordenada com os Planos Diretores de Distribuição e Drenagem de Águas.

Contribuiu para o desenvolvimento da Telemetria, através da monitorização dos consumidores domésticos nas zonas piloto, de forma a detetar avarias de contadores.

Apoiou a monitorização da Telegestão, detetando situações anómalas e propondo correções ao DEMS na gestão das bombagens nas estações elevatórias e dos níveis de água nos reservatórios.

Apoiou o desenvolvimento da ferramenta OPENSIG, em colaboração com o DPO/SIC e GI, com o objetivo de a melhor apetrechar para o apoio a várias atividades na AC.

No âmbito da colaboração com o DPO, foi prestado o seguinte apoio:

- Apreciação de processos de loteamentos e apoio à elaboração de projetos de execução, através da elaboração de alguns estudos de pormenor relativos à drenagem de águas residuais e/ou pluviais, nas zonas: Chão do Bispo (Bacia da Ribeira da Solum), Almas de Freire, Rua do Observatório (Bacia da Ribeira dos Covões), Cidreira (Bacia da Ribeira de Ançã e Vala de Vale Travesso), Rua Eng.º Felisberto Cardoso - Pousada (Bacia da Ribeira de Cernache), Troço de ligação da Metro Mondego entre Avenida Aeminium e CMC (Zona Central), Requalificação da Rua da Sofia (Zona Central), Carvalhais (Bacia da Ribeira da Bica), Balseira, canal do EP (Bacia da Ribeira da Bica), Fornos (Bacia do rio dos Fornos), Malpica, Taveiro (Bacia de Taveiro), Plano de Pormenor da Fonte do Bispo (Bacia da Ribeira da Solum) e Ruas do Coutinho, Colégio Novo e da Fonte Nova (Zona Central). De igual

modo foi elaborado um estudo de pormenor relativo ao Abastecimento de Água no Troço de ligação da Metro Mondego entre Avenida Aeminium e CMC (Sistema Inferior).

- Colaboração na reformulação do Projeto de Execução “Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em várias zonas do Concelho de Coimbra - 5.ª Fase (Sistema Inferior) – Parte B”.

Os trabalhos desenvolvidos foram divulgados em congressos técnico-científicos, onde se divulgaram as melhores práticas da empresa ao nível da investigação e planeamento, com apresentação oral dos seguintes artigos:

- Sandra M. Pereira da Silva; Rui D. Pina; Luís F. Nogueira da Costa; Sandra C. Tavares de Pina; “A importância da modelação hidráulica na Gestão Patrimonial de Infraestruturas de Abastecimento de Água”, ENEG, 3-6 de dezembro de 2013, Coimbra, Portugal.
- Luís F. Nogueira da Costa; Rui D. Pina; João S. Santos; Sandra M. Pereira da Silva; Luis J. Oliveira; A Gestão Patrimonial de Infraestruturas nos Sistemas de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais – O caso da Águas de Coimbra, ENEG, 3-6 de dezembro de 2013, Coimbra, Portugal.

Participou ativamente ainda na colaboração que a AC realizou com a empresa Hidromod Lda., num projeto para “Capacitação Técnica da Public Authority for Electricity and Water, Mascate, Omã”, que teve por objetivo a implementação de um sistema automático de redução de fugas no sistema de abastecimento de água de Mascate, Omã.

Gabinete de Informática (GI)

Em 2013 o Gabinete de Informática manteve a sua postura de apoio aos utilizadores, tendo respondido a mais de 800 pedidos registados na aplicação de Help-Desk, para além dos pedidos efetuados por outras vias.

Foram também efetuados estudos preparatórios para várias implementações a ocorrer em 2014, nomeadamente no que concerne aos upgrades do domínio e do sistema de virtualização de servidores.

Continuou a ser efetuada a renovação dos computadores mais antigos, bem como de outros elementos constituintes dos sistemas de apoio à atividade informática.

Foi implementada a rede wireless no edifício-sede e iniciada a instalação de um sistema de projeção de filmes 3D no Museu da Água.

Outro concurso desenvolvido pelo Gabinete de Informática permitiu renovar o parque de impressoras da empresa, conseguindo uma significativa redução de custos, quer ao nível da renda base dos equipamentos, quer nos custos por página de cor e de preto.

Foi também iniciado o concurso para renovação do licenciamento de software Microsoft, processo que culminaria em 2014 com a assinatura do contrato.

2013 trouxe importantes desafios que impediram um melhor cumprimento do que havia sido proposto no Plano de Actividades. No entanto, foi possível lançar as bases para que se consigam cumprir os objetivos delineados para 2014.

No que diz respeito aos Sistema de Informação, 2013 foi essencialmente um ano reativo. Em virtude das constantes alterações à legislação, com uma frequência praticamente mensal, os Objetivos Estratégicos definidos tiveram de ser revistos.

As áreas de Recursos Humanos e Financeira, com projetos de implementação de novas ferramentas em curso, absorveram grande parte do trabalho. Funcionalidades e operações já testadas e finalizadas foram, com sucesso, modificadas e atualizadas de modo a acompanhar as constantes modificações legais, sem interferir nos respetivos fechos de projeto.

Apesar da necessidade de realização destas tarefas, não programadas e com obrigatoriedade de resposta imediata, foi possível dar continuidade ao projeto de integração das diferentes aplicações através da definição de modelos organizacionais e respetivos indicadores, promovendo a capacidade interna e o conhecimento instalado. Os resultados deverão ser visíveis no início de 2014.

A internacionalização da AC, E.M. também requereu a participação dos Sistemas de Informação com presença na delegação que prestou serviços à Associação de Municípios de Santiago, no âmbito do protocolo de cooperação para apoio ao processo de reorganização do sector da água em Cabo Verde.

Gabinete de Assessoria Interna (GAT)

Em 2013, no âmbito de Assessoria Técnica ao Conselho de Administração e de acordo com as funções que foram definidas para o Gabinete de Assessoria Técnica (GAT), foram desenvolvidos trabalhos em duas áreas.

Gestão Patrimonial de Infraestruturas:

Atentos à legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei 194/2009 de 20 de Agosto e após aprovação do Plano Estratégico de 2012, em 2013 deu-se continuidade a implementação de uma Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI), agora de forma mais efetiva e ainda no âmbito da “Iniciativa Nacional para a GPI”, em parceria com o LNEC, o IST e a ADDITION, cuja conclusão ocorreu em outubro de 2013.

Seguindo a metodologia sugerida pela equipa da iGPI, foi principalmente desenvolvido trabalho relativo ao Plano Tático, bem como a 9 documentos de áreas de análise (3 relativas a sistemas de abastecimento de água, 3 a sistemas de drenagem de águas residuais e 3 a sistemas de drenagem de águas pluviais) selecionadas com base na hierarquização e seleção já efetuadas em 2012, na fase de macroplaneamento tático.

Nesses documentos de análise consideraram-se métricas, que pretendem melhorar a avaliação do desempenho de cada um dos sistemas. Para além de algumas métricas utilizadas já no planeamento estratégico e no macroplaneamento tático para a hierarquização dos sistemas, foram ainda acrescentadas algumas, salientando-se a utilização de métricas do IWA e outras criadas pela equipa de desenvolvimento da GPI da AC. De seguida fez-se o diagnóstico do desempenho das infraestruturas, bem como uma previsão da sua evolução numa situação de statu quo, bem como identificados os tipos de problemas e as causas principais.

Após essa identificação definiram-se alternativas de intervenção, e o seu impacto na evolução das métricas para os anos em análise 2015, 2017, 2022 e 2028. Estas alternativas consideraram a intervenção nos sistemas de formas distintas. Umas, numa vertente mais infraestrutural, e outras, com uma maior componente não infraestrutural, visando áreas de operação e manutenção. Posteriormente, procurou-se realizar a comparação, através de ações que se iriam traduzir na concretização dessas alternativas, bem como a sua tradução na evolução das métricas.

Após a seleção das alternativas mais adequadas, foram definidas várias táticas infraestruturais e não-infraestruturais, que pretendem concretizar medidas efetivas para a melhoria do desempenho dos sistemas e, por extrapolação, do desempenho da AC.

O presente Plano Tático terá um horizonte temporal de 4 anos, ou seja, até 2017, sem prejuízo de eventuais alterações que se venham a justificar, numa postura de melhoria continua (PDCA – Plan, Do, Check, Act).

Consciente da importância da informação recolhida pela Empresa e qualidade da mesma, o grupo de trabalho de GPI iniciou já no 4º trimestre de 2013 a elaboração de regras e procedimentos internos (PG037, IT051, IT052 e IT053) de modo a uniformizar os mesmos, garantir a sua determinação com um mínimo de erros possíveis e aumentar a competência e excelência da AC, na gestão, análise, tratamento e controlo de qualidade da informação. O Procedimento Geral 037 diz respeito à GPI na AC e é alicerçado nas Instruções de Trabalho IT051, relativa ao cálculo de métricas e indicadores para GPI nos Sistemas Abastecimento Água, na IT052 para Sistemas de Drenagem de Águas Residuais e na IT053 para Sistemas de Drenagem de Águas Pluviais.

Todo este trabalho foi desenvolvido na prossecução da Missão da AC e procura definir um conjunto de planos e iniciativas, capazes de adequar a Empresa para responder aos desafios de modernização do setor, na busca de uma maior eficácia e eficiência da sua atuação. A implementação da GPI, sendo transversal a toda a Empresa, pretende apetrechar a mesma com novos instrumentos de planeamento e de apoio à decisão, que permitam aumentar a fiabilidade e sustentabilidade das infraestruturas, promovendo a satisfação dos clientes, alicerçado num equilíbrio entre as dimensões de desempenho, risco e custo, numa perspetiva de longo prazo.

Manutenção e conservação das instalações:

Nesta área é de salientar a implementação, coordenação, vistoria e controle financeiro, das necessárias tarefas de conservação, dos quais se destaca pelo seu impacto e importância, o seguinte trabalho:

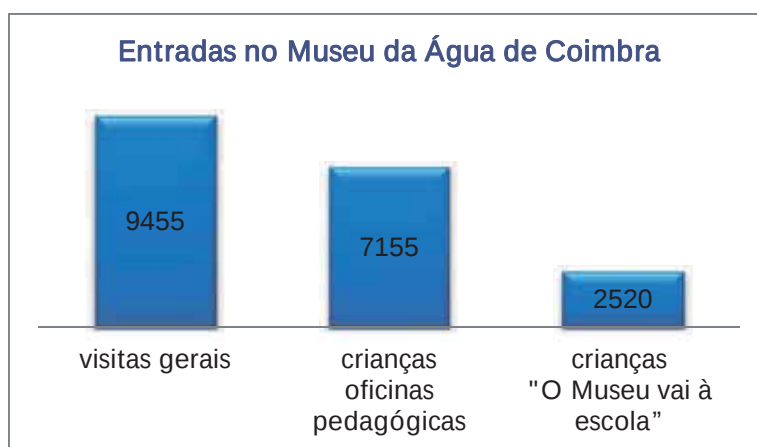
- Construção das novas oficinas, alargamento do espaço para estacionamento e arranjos exteriores.

Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)

O Plano de Comunicação da AC centrou a sua atenção e recursos na ação de Responsabilidade Ambiental e Social, consumada essencialmente através da dinamização do Museu da Água de Coimbra.

Direcionado especialmente para a educação ambiental de crianças e jovens, o papel educativo do Museu da Água tem sido muito relevante. Através deste espaço a AC, desenvolve oficinas pedagógicas, quase diariamente, e através da iniciativa “O Museu vai à escola” efetua ações nas escolas.

O Museu da Água de Coimbra registou, em 2013, 16610 entradas e foi ao encontro de 2520 crianças divididas por 131 turmas do Concelho de Coimbra.



Em 2013, é de destacar as candidaturas elaboradas pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, aos prémios:

- Desenvolvimento Sustentável;
- Prémio APDA - Tubos de Ouro 2013, na categoria Melhor ação de responsabilidade social;
- Prémio APDA – Tubos de Ouro 2013, na categoria Melhor informação institucional e empresarial;
- Prémio APDA – Tubos de Ouro 2013, na categoria Melhor acção de inovação/internacionalização;
- Green Project Awards Cabo Verde.

Em sequência da atribuição do 1º lugar no *European Customer Satisfaction Index* (ECSI), da distinção com o selo de “Qualidade exemplar de água para consumo humano 2013” e dos prémios Tubos de Ouro 2013 nas

categorias “Melhor Ação de Inovação/Internacionalização”, “Melhor Informação Institucional e Empresarial” e “Melhor Ação de Responsabilidade Social”, 2013 foi um ano de grande visibilidade e notoriedade para a marca Águas de Coimbra. A acrescentar a estas distinções, a AC prosseguiu a sua internacionalização, o que exigiu um esforço adicional por parte do Gabinete de Comunicação e Imagem.

A **Comunicação Direta ao Cliente** continuou a merecer destaque, deu-se continuidade ao envio dos relatórios das análises à água, e a atualização de informação nos sítios www.aguasdecoimbra.pt, www.museudaagua.com e redes sociais. Ainda neste âmbito, foram realizadas algumas ações de sensibilização, produzidos três folhetos comunicacionais e em colaboração com a DPO, foi intensificada a comunicação direta aos clientes afetados pela proximidade dos trabalhos de intervenção nas redes de água e saneamento.

Relativamente à política de Responsabilidade Social, a AC desenvolveu pelo segundo ano consecutivo o “Programa Férias Ocupadas”, dirigido a crianças dos cinco aos doze anos e renovou os protocolos estabelecidos com algumas entidades da cidade: Orquestra Clássica do Centro e Secção de Desportos Náuticos da Associação Académica de Coimbra.

No que a **Comunicação Externa** concerne, foram renovados os protocolos com os jornais regionais.

O trabalho realizado pelo GCI foi divulgado no ENEG 2013, com apresentação oral da comunicação: “Responsabilidade Social – o caso da Águas de Coimbra”.

The background of the page is an abstract, fluid image with horizontal, wavy bands of color. The colors range from deep, dark blue and purple at the bottom to lighter, more vibrant cyan and turquoise at the top. The transitions between colors are smooth and organic, resembling the surface of water or a nebula in space. The overall effect is a sense of movement and depth.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Situação Económica e Financeira

Notas ao balanço, à demonstração de resultados e aos fluxos de caixa

BALANÇO

Comparação com a situação em 31 de Dezembro de 2012

Ativo

Ativo não corrente

1 – Ativos fixos tangíveis

Verifica-se, ao nível dos ativos fixos tangíveis líquidos uma diminuição de 3,16%.

A variação ocorrida nesta rubrica deve-se ao seguinte:

- Depreciação dos ativos.

Regista-se o valor de 5.222.151,14€ de gastos de depreciação de ativos fixos tangíveis;

- Execução do Plano de Investimentos.

Em 31 de dezembro regista-se o montante de 3.049.712,94€ em investimentos tangíveis;

- Construção de ramais de água e de saneamento, por administração própria, no montante de 101.441,89€.

2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis líquidos ascendem a 148.181,53€ e dizem respeito a software e licenças de software.

3 – As alterações ocorridas ao nível de ativos por impostos diferidos no período, dizem respeito ao seguinte:

- Reconhecimento de impostos diferidos por perdas de imparidade em dívidas a receber de clientes de cobrança duvidosa: 91.782,83€;
- Reversão de impostos diferidos por perdas de imparidade em dívidas a receber de clientes de cobrança duvidosa: 69.793,54€;
- Reversão de impostos diferidos relativos ao desreconhecimento de ativos intangíveis (transição do POC para o SNC): 13.424,68€

Ativo corrente

4 - Inventários

Os materiais diversos de conservação em armazém apresentam o valor de 216.873,16€.

Regista-se o valor de 44.455,71€ em artigos para venda no Museu da Água.

5 - Clientes

O saldo líquido de clientes regista o montante de 4.242.389,35€.

6 - Estado e outros entes públicos

Esta rubrica regista o valor de 96.735,02€ e diz respeito a IRC a recuperar do período de 2013, no montante de 73.150,64€ e a TRH a recuperar, de clientes, no montante de 23.584,38€.

7 – Outras contas a receber

Esta rubrica regista os seguintes valores a receber:

- Consumos, até dezembro de 2013, de água e tarifas conexas, do Município de Coimbra, só faturados em janeiro de 2014, no montante de 52.888,76€;
- Juros a receber, 113.085,45€;
- Outros devedores diversos, 120.449,69€.

8 – Diferimentos

O valor de 112.146,39€, inscrito nesta rubrica, refere-se a gastos a reconhecer, em períodos futuros, de diversas prestações de serviços (seguros, jornais e revistas, renovação de assinaturas, contratos de manutenção e outras prestações de serviços diversos).

9 - Disponibilidades

As disponibilidades apresentam o montante de 14.057.023,06€.

10 - Capital Próprio

As alterações ocorridas ao nível do capital próprio devem-se ao seguinte:

- Registo do aumento de capital por incorporação de reservas;
- Variação nos resultados transitados:
 - a) Pela aplicação do resultado de 2012;
 - b) Por regularizações, no reconhecimento de rendimentos de períodos anteriores, pela imputação de subsídios para investimentos;
 - c) Pela correção à previsão dos gastos com subsídio de férias.
- Diminuição nas outras variações no capital próprio em 9,59%, pela imputação de subsídios para investimentos (incluindo as regularizações referidas na alínea b) do parágrafo anterior).

PassivoPassivo não corrente

11 - Financiamentos obtidos

Esta rubrica regista o montante de 8.666.666,70€ e diz respeito ao valor, não corrente, em dívida, do empréstimo obtido, contrato de mútuo com o Dexia Sabadell.

12 – Outras contas a pagar

O valor de 1.433.051,46€ constante desta rubrica, diz respeito a outros devedores e credores por ajustamentos em subsídios para investimentos, conforme novo entendimento da CNC (Comissão de Normalização Contabilística), sobre a contabilização destes subsídios.

Passivo corrente

13 - Fornecedores

O valor de 5.028.287,63€ constante nesta rubrica, diz respeito a faturação de fornecedores correntes, ainda não paga pela Águas de Coimbra.

Destacamos a dívida à Águas do Mondego, S.A., decorrente do prazo de pagamento das faturas daquela entidade ser de 90 dias após a sua data de emissão.

14 - Estado e outros entes públicos

Esta rubrica regista os seguintes valores a pagar:

- De retenção de IRS, trabalho dependente e independente, 47.256,06€;
- De IVA, 11.933,45€;
- De contribuições para a segurança social, 106.165,72€;
- Tarifa de RSU a entregar à autarquia local, 290.873,39€.

15 – Financiamentos obtidos

Esta rubrica apresenta o exigível de curto prazo, referente ao contrato de mútuo com o Dexia Sabadell, no montante de 666.666,66€.

16 - Outras contas a pagar

Esta rubrica é composta pelas seguintes contas a pagar:

- Fornecedores de investimentos: 673.233,90€;
- Credores por acréscimos de gastos: 655.882,55€, dos quais 626.048,76€ dizem respeito a remunerações a liquidar;
- Depósitos de garantia: 469.595,28€;
- Dívida ao Município de Coimbra, de curto prazo, relativa a infra-estruturas transferidas, ao abrigo do protocolo celebrado em 23 de Dezembro de 2004 e seu aditamento de 21 de Dezembro de 2007, no valor de 1.141.619,06€;
- Outras contas a pagar: 296.890,32€, de onde se destacam os credores por responsabilidade de cobrança da tarifa RSU, no montante de 287.485,28€.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

17 - Vendas e serviços prestados

O volume de negócios atinge os 24.576.191,61€, correspondendo a uma diminuição de 2,49%, quando comparado com período anterior.

18 - Subsídios à exploração

Esta rubrica regista o montante de 867.484,83€, onde se destacam os valores respeitantes a rendas, pela integração de novas infra-estruturas, e indemnização por perda de negócio, no âmbito do contrato de adesão do Município de Coimbra ao Sistema Multimunicipal Baixo Mondego – Bairrada, no montante de 864.950,01€.

Os restantes subsídios à exploração recebidos, no montante de 2.534,82€, dizem respeito a estágios subsidiados pelo I.E.F.P. (Instituto de Emprego e Formação Profissional).

19 – Trabalhos para a própria entidade

O valor desta rubrica diz respeito à construção de ramais de água e de saneamento, por administração própria.

20 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas apresenta um crescimento de 3,39% em relação ao período anterior.

De notar que se verifica um aumento de 2,98% no preço do m3 de água comprado à Águas do Mondego, S.A. e um aumento de 17,78% no custo dos materiais de conservação.

21 - Fornecimentos e serviços externos

Regista-se o montante de 7.573.453,15€, correspondendo a um aumento de 8,25%, em relação ao período anterior.

Destacamos o aumento conjunto do preço e do volume de efluentes contratualizados com a Águas do Mondego, S.A., num total de 402.504,00€, correspondendo a um crescimento de 8,57%.

Os outros fornecimentos e serviços externos aumentam 174.947,19€, o que corresponde a um acréscimo de 7,61%.

22 - Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal registam um aumento de 9,74%, quando comparados com o período anterior.

O crescimento verificado explica-se pelo seguinte:

- Aumento dos encargos patronais para a Caixa Geral de Aposentações (de 15% para 20%);
- Aumento dos encargos patronais, com os órgãos sociais, para a Segurança Social (de 20,30% para 23,75%);

- Alargamento das contribuições da entidade para a caixa geral de aposentações a todos os complementos e subsídios remuneratórios;
- Registo da previsão, dos gastos com subsídio de férias e subsídio de natal, pela totalidade, enquanto no ano anterior, apenas a registamos para os colaboradores com vencimentos até 1.100€.

23 – Imparidade de dívidas a receber (perdas e reversões)

O saldo registado nesta rubrica diz respeito à constituição e reversão de imparidades, no período, relativas a dívidas de clientes de cobrança duvidosa.

Relativamente perdas, tratamos faturas em dívida relativas a Juntas de Freguesia no montante de 17.599,47€. Para os restantes clientes de cobrança duvidosa, registamos o valor de 505.081,54€.

As reversões ascendem a 116.553,57€.

24 – Outros rendimentos e ganhos

Regista-se, em outros rendimentos e ganhos, o montante de 2.363.078,85€. Destacamos os seguintes:

- Da imputação de subsídios para investimentos, 1.647.926,51€;
- De juros obtidos, 388.652,10€;
- Ganhos na alienação de ativos fixos tangíveis, 30.780,77€
- Outros rendimentos e ganhos não especificados, 197.878,47€.

25 – Outros gastos e perdas

Esta rubrica regista o valor de 174.784,04€, onde destacamos o seguinte:

- Impostos indiretos: 22.809,91€ (imposto de selo, imposto único de circulação e taxas diversas);
- Dívidas incobráveis: 37.659,22€;
- Perdas em abates de ativos fixos tangíveis: 26.271,05€;
- Correções relativas a períodos anteriores: 40.771,35€.

26 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Ao nível das depreciações e amortizações, regista-se uma diminuição de 35,91%, em relação ao período anterior. O decréscimo explica-se, sobretudo, pela aplicação, em 2013, de taxas mínimas, aos ativos fixos tangíveis, que se observou possuírem um período de vida útil superior ao até então considerado.

27 – Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)

O resultado operacional é positivo e apresenta o valor de 352.681,91€.

28 - Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta o valor de 41.973,68€.

29 – Observa-se um resultado antes de impostos no montante de 310.708,23€.

30 – Imposto sobre o rendimento do período

No imposto sobre o rendimento, registamos o montante de 105.808,27€:

- De imposto estimado do período: 114.372,90€;
- De impostos diferidos: -8.564,63€.

31 - Resultado líquido do período

O resultado líquido do período é de 204.899,96€.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ATIVIDADES OPERACIONAIS

32 - Recebimentos de clientes

A Águas de Coimbra, E.M. recebeu dos seus clientes, em 2013, o montante de 25.912.722,81€, representando uma diminuição de 4,21%, relativamente ao período anterior.

33 - Pagamentos a fornecedores

Verifica-se o pagamento de 16.483.988,66€ a fornecedores.

34 - Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal ascendem a 5.513.831,81€.

35 – Outros recebimentos

Destacamos, o recebimento de 867.484,83€, relativo a subsídios à exploração.

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Pagamentos respeitantes a:

36 – Ativos fixos tangíveis

Regista-se, nesta rubrica, o pagamento de 3.569.958,59€.

37 – Ativos Intangíveis

Esta rubrica regista os pagamentos efetuados por conta de software e licenças de software: 43.357,56€.

Recebimentos provenientes de:

38 – Ativos fixos tangíveis

Regista-se o recebimento de 4.478,34€, referente à alienação de viaturas e outros equipamentos não especificados.

39 - Subsídios ao investimento

Registamos o valor de 213.579,58€, relativo a recebimento de comparticipações pela construção de ramais e prolongamentos de rede de água e saneamento e o valor de 54.440,62€, referente ao programa operacional regional do centro, Mais Centro – FEDER.

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Pagamentos respeitantes a:

40 – Financiamentos obtidos

Registamos a amortização de 666.666,66€, do contrato de mútuo com o banco Dexia Sabadell.

41 – Juros e gastos similares

Esta rubrica regista o montante de 47.473,63€ e diz respeito a juros de financiamento relativos ao contrato de mútuo com o banco Dexia Sabadell.

42 – Caixa e seus equivalentes no fim do período

O saldo registado em caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2013, é de 14.057.023,06€.

DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL

Declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, dando-se assim cumprimento ao estabelecido nº artigo 21º do decreto-lei nº 411/91, de 17 de outubro.

DÍVIDAS A FORNECEDORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Regularização extraordinária dos pagamentos aos fornecedores do setor público administrativo e empresarial (Decreto Lei n.º64 – B/2011, art.º208, n.ºs 5 e 8)

(unid.: milhares de euros)

Natureza dos bens e serviços	Código	Estrutura de Dívida				Total a 31/12/2013
		90 - 120	120 - 240	240 - 360	> 360	
Combustível	2					
Conservação e reparação	3	462,48	10,25	59,04		531,77
Cópias e impressão	4					
Empreitadas de obras públicas	5				12.557,95	12.557,95
Energia	6					
Equipamento informático	7	7.254,34				7.254,34
Higiene e limpeza	8					
Honorários	9					
Licenciamento de software	10					
Material de consumo clínico	11					
Medicamentos	12					
Meios complementares de diagnóstico	13					
Mobiliário	14					
Outros bens e serviços	15	7.731,02	2.953,32	450,00		11.134,34
Outros produtos farmacêuticos	16					
Outros trabalhos especializados	17		8.456,22		6.100,80	14.557,02
Papel e economato	18					
Preparação de refeições	19					
Reagentes e produtos de diagnóstico rápido	20					
Rendas e alugueres	21					
Seguros	22					
Serviços de informática	23				780,00	780,00
Serviços de voz e dados fixos e móveis	24					
Veículos automóveis e motociclos	25					
Vigilância e segurança	26					
Administrações Postais Estrangeiras	27					
Locação financeira	28					
Bens de domínio público	29					
Outros investimentos	30					
TOTAL		15.447,84	11.419,79	509,04	19.438,75	46.815,42

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artº 22º dos estatutos da sociedade, propõe o Conselho de Administração que o resultado líquido positivo de 204.899,96€ apurado no período de 2013, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	125.678,15 €
Reservas Legais	20.490,00 €
Reserva para Estabilização de Preços	58.731,81 €

Coimbra, 27 de março de 2014

O Conselho de Administração:

Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Pedro Artur Barreirinhas Sales Guedes Coimbra

Administrador

Dr. Victor Manuel Carvalho Santos

Administrador não executivo

Prof. José Manuel Monteiro Gonçalves

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do nº 3 do artigo 24º - Contabilidade e documentos de prestação de contas – dos Estatutos da Empresa, juntam-se os quadros para o efeito elaborados:

- Balanço;
- Demonstração de resultados por naturezas;
- Demonstração de resultados por funções;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstração de fluxos de caixa e seu desenvolvimento;
- Anexo às demonstrações financeiras;
- Execução do plano plurianual de investimentos;
- Parecer do fiscal único.

Anexo n.º 1

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	Notas	31-12-2013	31-12-2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1	64.033.037,18	66.123.932,99
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis	2	148.181,53	212.910,58
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos	3	120.902,46	112.337,83
		64.302.121,17	66.449.181,40
Ativo corrente			
Inventários	4	261.328,87	324.615,27
Ativos biológicos			
Clientes	5	4.242.389,35	4.167.303,63
Adiantamentos a fornecedores			82,17
Estado e outros entes públicos	6	96.735,02	169.721,12
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber	7	286.423,90	161.168,90
Diferimentos	8	112.146,39	140.389,77
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	9	14.057.023,06	12.776.717,23
		19.056.046,59	17.739.998,09
Total do ativo		83.358.167,76	84.189.179,49
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	10	40.000.000,00	39.140.176,44
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		614.794,46	614.794,46
Outras reservas	10	3.533.716,65	4.393.540,21
Resultados transitados	10	-125.678,15	-857.279,55
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de reavaliação			
Outras variações no capital próprio	10	19.292.950,40	21.339.893,89
Resultado líquido do período		204.899,96	317.413,50
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		63.520.683,32	64.948.538,95
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		349.362,26	349.362,26
Financiamentos obtidos	11	8.666.666,70	9.333.333,36
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			142.182,20
Passivos por impostos diferidos			195.719,57
Outras contas a pagar	12	1433.051,46	10.449.080,42
		10.449.080,42	11.300.243,39
Passivo corrente			
Fornecedores	13	5.028.287,63	3.514.984,56
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	14	456.228,62	436.508,42
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	15	666.666,66	666.666,66
Outras contas a pagar	16	3.237.221,11	3.322.237,51
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		9.388.404,02	7.940.397,15
Total do passivo		19.837.484,44	19.240.640,54
Total do capital próprio e do passivo		83.358.167,76	84.189.179,49

Anexo n.º 2

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2013	31-12-2012
Vendas e serviços prestados	17	24.576.191,61	25.203.112,89
Subsídios à exploração	18	867.484,83	1.229.983,20
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	19	101.441,89	217.380,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-8.477.869,96	-8.199.894,18
Fornecimentos e serviços externos	21	-7.573.453,15	-6.996.001,96
Gastos com o pessoal	22	-5.573.653,71	-5.079.064,01
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	-406.127,44	-267.591,05
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			-349.362,26
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	24	2.363.078,85	3.101.316,95
Outros gastos e perdas	25	-174.784,04	-96.566,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.702.308,88	8.763.314,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-5.349.626,97	-8.347.227,23
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	27	352.681,91	416.086,88
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	28	-41.973,68	-124.712,19
Resultado antes de impostos	29	310.708,23	291.374,69
Imposto sobre o rendimento do período (imposto estimado e imposto diferido)	30	-105.808,27	26.038,81
Resultado líquido do período	31	204.899,96	317.413,50

Anexo n.º 3

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	Notas	Dez-13			Dez-12		
		água	saneamento	total	água	saneamento	total
Vendas e prestações de serviços	17	14.214.388,44	10.361.803,17	24.576.191,61	14.685.678,11	10.517.434,78	25.203.112,89
Custo da vendas e das prestações de serviços							
1. diretos		-11.694.554,23	-9.902.570,98	-21.597.125,21	-11.761.610,67	-11.273.138,75	-23.034.749,42
2. das atividades comuns		-1518.642,43	-1.293.658,37	-2.812.300,80	-1.667.202,89	-1.601.822,38	-3.269.025,27
Resultado bruto		1.001.191,78	-834.426,18	166.765,60	1.256.864,55	-2.357.526,35	-1.100.661,80
Outros rendimentos		1815.713,49	1.632.845,65	3.448.559,14	2.130.277,86	2.437.178,65	4.567.456,51
Gastos de distribuição		-345.595,60	-240.159,65	-585.755,25	-334.891,84	-232.721,44	-567.613,28
Gastos administrativos		-1.351.135,91	-1.150.967,63	-2.502.103,54	-1.217.129,41	-1.169.398,85	-2.386.528,26
Gastos investigação e desenvolvimento							
Outros gastos	25	-92.750,17	-82.033,87	-174.784,04	-51.075,25	-45.491,04	-96.566,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	27	1.027.423,59	-674.741,68	352.681,91	1.784.045,91	-1.367.959,03	416.086,88
Gastos de financiamento	28			-419.73,68			-124.712,19
Juros, dividendos e outros rendimentos similares							
Resultado antes de impostos	29			310.708,23			291.374,69
Imposto sobre o rendimento do período (imposto estimado e impostos diferidos)	30			-105.808,27			26.038,81
Resultado líquido do período	31			204.899,96			317.413,50

Anexo n.º 4
Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO, em 2012

DESCRÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE										
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período
1 												

Anexo n.º 4
Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO, em 2013

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período de 2013	6	39.140.176,44	0,00	0,00	0,00	614.794,46	4.393.540,21	-857.279,55	0,00	0,00	21339.893,89	317.413,50	64.948.538,95
Alterações no período													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	10	859.823,56					-859.823,56	731.601,40			-2.046.943,49	-317.413,50	-1.632.755,59
	7	859.823,56	0,00	0,00	0,00	0,00	-859.823,56	731.601,40	0,00	0,00	-2.046.943,49	-317.413,50	-1.632.755,59
Resultado Líquido do período	8										204.899,96		204.899,96
Resultado integral	9=7+8	859.823,56	0,00	0,00	0,00	0,00	-859.823,56	731.601,40	0,00	0,00	-2.046.943,49	-112.513,54	-1.427.855,63
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													0,00
Realizações de prémios de emissão													0,00
Distribuições													0,00
Entradas para cobertura de perdas													0,00
Outras operações													0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição em 31 de dezembro de 2013	6+7+8+10	40.000.000,00	0,00	0,00	0,00	614.794,46	3.533.716,65	-125.678,15	0,00	0,00	19.292.950,40	204.899,96	63.520.683,32

Anexo n.º 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA, DE 1 DE JANEIRO A 10 DE MARÇO 2013

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO
		01/01 a 10/03
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de Clientes		4.450.800,49
Pagamentos a fornecedores		-2.827.545,92
Pagamentos ao Pessoal		-867.455,18
Caixa gerada pelas operações		755.799,39
Recebimento do imposto sobre o rendimento		
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-8.764,10
Outros recebimentos		707.098,24
Outros pagamentos		-171.376,52
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.282.757,01
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-582.137,25
<i>Ativos Intangíveis</i>		-43.357,56
<i>Investimentos Financeiros</i>		
<i>Outros Ativos</i>		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		799,50
<i>Ativos Intangíveis</i>		
<i>Investimentos Financeiros</i>		
<i>Outros Ativos</i>		
<i>Subsídios ao investimento</i>		47.352,86
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
<i>Dividendos</i>		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-577.342,45
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		-1.315,71
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.315,71
Variação de caixa e seus equivalentes		
(4) = (1) + (2) + (3)		704.098,85
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período		12.776.717,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período		13.480.816,08

Anexo n.º 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA, DE 11 DE MARÇO A 25 DE NOVEMBRO 2013

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO
		11/03 a 25/11
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de Clientes		17.463.450,89
Pagamentos a fornecedores		-12.095.800,19
Pagamentos ao Pessoal		-4.201.761,29
Caixa gerada pelas operações		1.165.889,41
Recebimento do imposto sobre o rendimento		119.760,82
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-106.935,58
Outros recebimentos		4.582.496,47
Outros pagamentos		-2.002.145,03
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.759.066,09
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		-2.624.870,96
Ativos Intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros Ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		1.897,09
Ativos Intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros Ativos		
Subsídios ao investimento		195.321,48
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2.427.652,39
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		-666.666,66
Juros e gastos similares		-46.157,92
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-712.824,58
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		618.589,12
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período		13.480.816,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período		14.099.405,20

Anexo n.º 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA, DE 26 DE NOVEMBRO A 31 DE DEZEMBRO 2013

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO
		26/11 a 31/12
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de Clientes		3.998.471,43
Pagamentos a fornecedores		-1.560.642,55
Pagamentos ao Pessoal		-444.615,34
Caixa gerada pelas operações		1.993.213,54
Recebimento do imposto sobre o rendimento		
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-24.110,99
Outros recebimentos		-900.727,80
Outros pagamentos		-774.934,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		293.440,63
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-362.950,38
<i>Ativos Intangíveis</i>		
<i>Investimentos Financeiros</i>		
<i>Outros Ativos</i>		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		1.781,75
<i>Ativos Intangíveis</i>		
<i>Investimentos Financeiros</i>		
<i>Outros Ativos</i>		
<i>Subsídios ao investimento</i>		25.345,86
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
<i>Dividendos</i>		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-335.822,77
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00
Variação de caixa e seus equivalentes		
(4) = (1) + (2) + (3)		-42.382,14
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período		14.099.405,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período		14.057.023,06

Anexo n.º 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA A 31 DE DEZEMBRO 2013

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de Clientes	32	25.912.722,81	27.052.614,38
Pagamentos a fornecedores	33	-16.483.988,66	-17.346.782,30
Pagamentos ao Pessoal	34	-5.513.831,81	-5.018.588,54
Caixa gerada pelas operações		3.914.902,34	4.687.243,54
Recebimento do imposto sobre o rendimento		119.760,82	67.785,15
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-139.810,67	-176.815,06
Outros recebimentos	35	4.388.866,91	4.289.148,34
Outros pagamentos		-2.948.455,67	-2.383.158,68
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		5.335.263,73	6.484.203,29
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	36	-3.569.958,59	-6.196.076,24
Ativos Intangíveis	37	-43.357,56	-128.070,29
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	38	4.478,34	19.200,00
Ativos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento	39	268.020,20	1.785.647,12
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-3.340.817,61	-4.519.299,41
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	40	-666.666,66	-1.073.593,04
Juros e gastos similares	41	-47.473,63	-138.705,27
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			-24.931,90
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-714.140,29	-1.237.230,21
Variação de caixa e seus equivalentes			
(4) = (1) + (2) + (3)		1.280.305,83	727.673,67
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		12.776.717,23	12.049.043,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4214.057.023,06	12.776.717,23

Anexo n.º 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DESENVOLVIMENTO DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA, EM 31 DE DEZEMBRO 2013

RUBRICAS	NOTAS	2 013	2012
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
RECEBIMENTOS DE CLIENTES			
Venda de água e outras tarifas	32	25.912.722,81	27.052.614,38
PAGAMENTOS A FORNECEDORES	33	-16.483.988,66	-17.346.782,30
PAGAMENTOS AO PESSOAL	34		
Remunerações do conselho de administração		-91950,17	-104.837,55
Remunerações do pessoal		-3.985.699,73	-3.756.127,40
Remunerações adicionais		-436.310,63	-436.055,90
Prestações complementares		-34.674,04	-33.232,64
Gratificações e prémios de produtividade			
Pensões		-14.753,71	-6.061,64
Encargos s/remunerações		-821542,36	-566.440,54
Seguros de acidentes de trabalho		-50.424,04	-56.962,58
Outros pagamentos ao pessoal		-78.477,13	-58.870,29
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		3.914.902,34	4.687.243,54
RECEBIMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		119.760,82	67.785,15
PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		-139.810,67	-176.815,06
OUTROS RECEBIMENTOS RELATIVOS À ATIVIDADE OPERACIONAL			
Recebimentos de serviços suplementares		12.248,13	62.317,21
Recebimentos de subsídios à exploração	35	867.484,83	1229.983,20
Outros recebimentos operacionais		469.846,69	665.052,11
Cobranças externas		-45.844,70	795,98
Recebimentos consignados			
Retenção de imposto sobre o rendimento		610.680,00	379.853,00
Restantes impostos			
Contribuições para segurança social e CGA		447.015,36	370.703,37
Tarifa RSU		1815.251,52	1437.760,15
Outros recebimentos consignados		212.185,08	142.683,32
OUTROS PAGAMENTOS RELATIVOS À ATIVIDADE OPERACIONAL			
Pagamentos de impostos indirectos		-4.958,84	-9.310,24
Outros pagamentos operacionais		-46.490,58	-67.404,32
Pagamentos consignados			
Retenção de imposto sobre o rendimento		-597.494,54	-391.895,77
Restantes impostos			
Contribuições para segurança social e CGA		-441.525,21	-373.012,54
Tarifa RSU		-1727.809,33	-1372.355,55
Outros pagamentos consignados		-130.177,17	-169.180,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		5.335.263,73	6.484.203,29

Anexo n.º 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DESENVOLVIMENTO DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA, EM 31 DE DEZEMBRO 2013 (cont.)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2 013	2012
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	36	-3.569.958,59	-6.196.076,24
ATIVOS INTANGÍVEIS	37	-43.357,56	-128.070,29
OUTROS ATIVOS			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Ativos fixos tangíveis	38	4.478,34	19.200,00
Ativos intangíveis			
Outros ativos			
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO			
INAG			
Particulares	39	213.579,58	432.186,19
Outros			
Mais Centro - FEDER	39	54.440,62	1353.460,93
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES			
DIVIDENDOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-3.340.817,61	-4.519.299,41
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2 013	2012
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS			
REALIZAÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO			
COBERTURA DE PREJUÍZOS			
DOAÇÕES			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	40	-666.666,66	-1073.593,04
JUROS E GASTOS SIMILARES	41	-47.473,63	-138.705,27
DIVIDENDOS			
REDUÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			-24.931,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-714.140,29	-1.237.230,21
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
(4) = (1) + (2) + (3)		1280.305,83	727.673,67
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CâMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		12.776.717,23	12.049.043,56
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		14.057.023,06	12.776.717,23

Anexo n.º 6

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

ANEXO

1. Identificação da entidade:

1 - Designação da entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

2 - Sede: Rua da Alegria, 111 3000 - 018 COIMBRA

3 - Natureza da atividade: Distribuição de água

4 - Designação da empresa-mãe: Câmara Municipal de Coimbra

5 - Sede da empresa-mãe: Praça 8 de Maio, 3000 COIMBRA

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1. - Sistema de Normalização Contabilística

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A base de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras é o custo histórico.

4. Fluxos de Caixa:

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	20.216,36	10.084,15
CGD	0,00	8.351,07
CGD - 02	35.269,31	168.556,87
BPI - 01	101.1087,21	64.927,71
BPI - 02	0,00	1437,62
BPI - 04	16.480,99	16.480,99
BPI - 05	13.176,51	13.176,51
BPI - 06	13.179,65	13.179,65
BPI - 07	0,00	266,81
BES	2.576.924,32	2.512.120,41
MG	1079.990,98	3.015.299,25
Santander Totta	2.774.658,91	1.728.277,11
Millenium	1506.786,29	127.644,16
Deutsche Bank	5.009.252,53	5.096.914,92
	14.057.023,06	12.776.717,23

7. Ativos intangíveis:

7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) As vidas úteis dos ativos intangíveis são finitas, e foram usadas as taxas máximas de amortização (3 anos de vida útil).

b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas;

Foi utilizado o método das quotas constantes, para os ativos intangíveis.

RUBRICAS	VALOR BRUTO INÍCIO DO PERÍODO	AMORT.ACUMULADAS INÍCIO DO PERÍODO	AMORT.ACUMULADAS ALIENAÇÕES E ABATES	AUMENTOS	ALIENAÇÕES E ABATES	TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZ. DO PERÍODO	SALDO FINAL DO PERÍODO
ATIVOS INTANGÍVEIS:								
Programas de computador	1332.494,13	119.583,55		69.118,33	6.371,55		127.475,83	148.181,53
Total	1332.494,13	119.583,55	0,00	69.118,33	6.371,55	0,00	127.475,83	148.181,53

1247.059,38

8. Ativos fixos tangíveis:

8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo método do custo, sendo que, quando adquiridos ao exterior são valorizados ao custo de aquisição e quando realizados por administração direta, são valorizados ao custo de produção.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados são os seguintes:

i) Quotas constantes, para os bens que transitaram dos extintos SMASC;

ii) Quotas decrescentes, conforme nº 2 do artº 4º e alínea c) do nº 1 do artº 6º do Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, para os bens adquiridos desde 1 de junho de 2003 até 31 de dezembro de 2007;

iii) Quotas constantes, para os bens adquiridos a partir de janeiro de 2008:

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;

São utilizados os seguintes períodos de vida útil:

i) Período máximo de vida útil

Bens adquiridos a partir de 01/01/2008:

- Códigos: 1295, 1305, 1315, 1325, 2430 e 2431
- Código 2375 - Viaturas ligeiras: 6 anos.
- Código 2385 - Viaturas pesadas: 8 anos .

ii) Período mínimo de vida útil para os restantes bens.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

RUBRICAS	SALDO INICIAL BRUTO	SALDO INICIAL DEPRECIAÇÃO S/ACUM	DEPREC/ACUM DE ALIENABATES	AUMENTOS	ALIENAÇÕES E ABATES	TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZ./DEPR/PERÍODO	SALDO LÍQUIDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	113.939,12			511,20				114.450,32
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	1805.048,92	772.833,70	4.511,11	6.949,89	4.641,94	48.306,03	177.685,32	909.654,99
EQUIPAMENTO BÁSICO	158.352.841,11	95.452.897,51	20.192,12	45.586,75	20.206,64	1988.521,58	4.908.620,51	60.025.416,90
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1840.519,80	1720.174,28	113.546,61	124.946,86	113.546,61		39.961,14	205.331,24
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.199.568,70	1.104.625,93	1815,38	79.137,75	19.473,89		54.393,06	102.028,95
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	590.922,55	408.853,11		6.487,21	2.095,64		41491,11	144.969,90
INVESTIMENTOS EM CURSO: ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	1680.477,32			2.786.093,28		-1935.385,72		2.531.184,88
OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA				Trabalhos para a própria entidade 10.144,89		-10.144,89		0,00
TOTAL	165.583.317,52	99.459.384,53	140.065,22	3.151.154,83	159.964,72	0,00	5.222.151,14	64.033.037,18

↓	↓	↓
104.541.470,45		

8.7 - Depreciação acumulada no final do período

RUBRICAS	Depreciação Acumulada no fim do período
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:	
Edifícios e outras construções	946.007,91
Equipamento básico	100.341.325,90
Equipamento de transporte	1646.588,81
Equipamento administrativo	1.157.203,61
Outros ativos fixos tangíveis	450.344,22
TOTAL	104.541.470,45

13. Imparidade de ativos

		Constituição	Reversão	Saldo
Imparidadees em dívidas a receber	Clientes	522.681,01	116.553,57	406.127,44

19. Inventários

Utiliza-se o custo de aquisição nas existências entradas em armazém.

Nas saídas, utiliza-se o custo médio ponderado.

Mercadorias			Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Movimentos	Água	Museu Água	Armazéns
Existências iniciais		44.701,01	279.914,26
Compras	8.265.045,79	1369,07	145.307,55
Regularização de existências		-282,66	3.143,81
Existências finais	0,00	44.455,71	216.873,16
Gastos do período	8.265.045,79	1331,71	211.492,46
			8.477.869,96

21. Rédito

Vendas e Prestações de Serviços

	Mercado Interno	
	31-12-2013	31-12-2012
Vendas		
Mercadorias	9.629.649,71	9.914.071,43
Sub Total	9.629.649,71	9.914.071,43
Prestações de Serviços		
Do setor de água	4.554.472,22	4.729.268,48
Do setor de saneamento	10.286.345,12	10.417.621,09
Serviços secundários	105.724,56	142.351,89
Sub Total	14.946.541,90	15.289.041,46
Total	24.576.191,61	25.203.112,89

Outros Rendimentos e Ganhos

	Exercícios	
	31-12-2013	31-12-2012
781- Rendimentos suplementares	76.781,63	42.956,48
782- Descontos de pronto pagamento obtidos	7.228,73	3.801,77
783 - Recuperação de dívidas a receber		
784 - Ganhos em inventários	3.907,80	838,69
787 - Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	30.780,77	15.627,89
788 - Outros	1855.727,82	2.471.578,31
791- Juros obtidos	388.652,10	566.513,81
798 - Outros		
Total	2.363.078,85	3.101.316,95

23. Subsídios do Governo

Subsídios ao investimento

Rubrica	Ano de concessão	Subsídios				Saldo
		Total atribuído	Transferência p/ rendimentos em período anteriores	Transferência p/ rendimentos 2013	Out.var.cap.próprio de subsídios para investimentos	
Ativos fixos tangíveis em curso INAG - Saneamento Souselas c/59322204	2002 2003 - jun a dez	97.184,38 124.729,19		8.039,08		29.131,27
INAG - Requalificação Ambiental Z.Norte c/59323001	2008 2009	1979.479,57 735.790,27	1518.893,08	147.377,76		1048.999,00
Sub-Total		2.937.183,41	1703.636,30	155.416,84	0,00	1078.130,27
Ativos fixos tangíveis em curso c/5931	1995 1996 1997 1998	643.112,70 1394.459,76 4.248.864,00 2.508.345,95				
2º QCA – FEDER	1999 2000	1497.804,34 1549.011,80	5.742.105,76	470.383,60		5.629.109,19
Sub-Total		11841598,55	5.742.105,76	470.383,60	0,00	5.629.109,19
Lab. Análises água c/59333	2004	103.956,13	103.003,32	952,81		0,00
QCA-III – FEDER						
Sub-Total		103.956,13	103.003,32	952,81	0,00	0,00

Rubrica	Ano de concessão	Subsídios				
		Total atribuído	Transferência p/ rendimentos em períodos anteriores	Transferência p/ rendimentos 2013	Out.var.cap.pr óprio de subsídios para investimentos	Saldo
QCA-III – FEDER c/5933	2001	2.124.047,70				
	2002	3.943.683,01				
	2003 - jan a mai	898.657,82				
	2003 jun a dez	1326.802,86				
	2004	3.743.208,79	10.676.558,12	394.910,80		3.236.555,87
	2005	872.610,77				
	2006	314.593,75				
	2007	1001337,60				
	2008	46.320,16				
	2009	36.762,33				
Sub-Total		14.308.024,79	10.676.558,12	394.910,80	0,00	3.236.555,87
Ativos fixos tangíveis em curso c/59341 2º QCA- Fundo Coesão	2001	582.048,55	232.586,41	19.382,21		330.079,93
Sub-Total		582.048,55	232.586,41	19.382,21	0,00	330.079,93
Ativos fixos tangíveis em curso c/593606 Câmara M. de Coimbra - Museu dos Transportes	2001	207.834,36	207.834,36			0,00
Sub total		207.834,36	207.834,36	0,00	0,00	0,00
c/593607 1º QCA - FEDER	1990	463.849,62	463.849,62			0,00
	1991	500.176,05	498.475,27	1700,78		0,00
	1992	371575,98	353.480,31	16.832,40		1263,27
	1993	211836,15	191923,40	9.596,17		10.316,58
	1995	1038.477,27	846.774,50	47.043,03		144.659,74
	1996	68.510,53	52.760,06	3.103,52		12.646,95
Sub Total		2.654.425,60	2.407.263,16	78.275,90	0,00	168.886,54
c/59372 Mais Centro FEDER Supervisão Redes	2011	523.302,20	179.885,13	65.412,77	127.022,00	150.982,30
Sub total		523.302,20	179.885,13	65.412,77	127.022,00	150.982,30
c/59376 Mais Centro FEDER COIMBRA I PARQUE	2011	554.611,29	23.108,80	17.331,60	138.019,24	376.151,65
Sub total		554.611,29	23.108,80	17.331,60	138.019,24	376.151,65
c/59371 Mais Centro FEDER Lagoas 1ª Fase	2011	218.293,23	7.637,87	5.245,48	53.726,38	152.180,13
	2012	496,63				
Sub total		218.789,86	7.637,87	5.245,48	53.726,38	152.180,13
c/59373 Mais Centro FEDER Almalaguês 3ª Fase	2011	722.252,11	31954,71	31658,72	337.673,76	919.201,91
	2012	598.236,99				
Sub total		1320.489,10	31954,71	31658,72	337.673,76	919.201,91
c/59375 Mais Centro FEDER Obras Complementares	2011	1273.759,27	47.962,36	31843,57	336.334,97	912.058,99
	2013	54.440,62				
Sub total		1328.199,89	47.962,36	31843,57	336.334,97	912.058,99
c/59377 Mais Centro FEDER Várias Zonas C.Coimbra 3ª F	2011	599.249,05	22.793,56	21564,36	161223,74	484.478,05
	2012	90.810,66				
Sub total		690.059,71	22.793,56	21564,36	161223,74	484.478,05
c/59374 Mais Centro FEDER Várias Zonas C.Coimbra 4ª F	2012	663.916,65	5.345,30	15.917,40	167.174,70	475.479,25
Sub total		663.916,65	5.345,30	15.917,40	167.174,70	475.479,25
Total Subsídios		37.934.440,09	21391675,16	1308.296,06	1321.174,79	13.913.294,08

Outras Comparticipações

Rubrica	Ano de concessão	Comparticipações				
		Total atribuído	Transferência p/ rendimentos em períodos anteriores	Transferência p/ rendimentos 2013	Out.Var.Cap.P próprio de Comparticipações	Saldo
Ativos fixos tangíveis em curso particulares c/5935	Anos anteriores	11258.737,05	5.619.096,66	337.718,49	80.741,57	5.221.180,33
	2013	191523,05		191196	31135,10	158.475,99
Sub total		11450.260,10	5.619.096,66	339.630,45	111876,67	5.379.656,32
Total participações		11450.260,10	5.619.096,66	339.630,45	111876,67	5.379.656,32

Total Subsídios e Comparticipações

Rubrica	Ano de concessão	Total atribuído	Transferência p/ rendimentos em períodos anteriores	Transferência p/ rendimentos 2013	Out.Var.Cap.P próprio - Sub. e Compart.: Impostos Diferidos	Saldo
Subsídios e participações	Total	49.384.700,19	27.010.771,82	1647.926,51	1433.051,46	19.292.950,40

26. Imposto sobre o rendimento

26.1. Imposto estimado

Coleta	11333,60
Derrama	9.659,70
Tributações autónomas	3.379,60
Total	14.372,90

26.2. Imposto diferido

	Constituição	Reversão	Saldo final
De imparidades de clientes	-91782,83	69.793,54	-21989,29
De desconhecimento de ativos intangíveis		13.424,66	13.424,66
Total	-91782,83	83.218,20	-8.564,63

Imposto sobre o rendimento do período	105.808,27
---------------------------------------	------------

31. Outras informações

Mantêm-se pendentes as seguintes ações sobre a AC, Águas de Coimbra, E.M.:

Ação administrativa comum, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, intentada pela Marsilop, S.A., no montante de 68.790,02€;

Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, procº nº 482/12.8BECBR, intentada por João Carlos da Gama Dias Pacheco (impugna a deliberação do C.A. Que fez cessar a cedência de serviço por interesse público na AC, Águas de Coimbra, E.M.);

Procº nº 988/13.1BELRA - Ação Administrativa Comum, que corre, com forma ordinária, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, em que é Autor "Aquino Construções, S.A. em Liquidação" e Réu AC, Águas de Coimbra, E.M., que tem como mandatário o Dr. Paulo Veiga e Moura. O valor da ação é de 54.497,95€;

Proc.º nº 210/13.OBECBR - Ação Administrativa Comum, que corre, com forma ordinária, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, em que é Autor "3D LAB - Comunicação e Gestão de imagem, Lda.", que tem a AC, Águas de Coimbra, E.M. como Réu e o Dr. José Manuel da Silva como mandatário. O pedido é de 72.065,53€, acrescido de juros sobre esta quantia desde a data da citação até ao efetivo e integral pagamento;

Proc.º nº 961/07.9BECBR, Ação Administrativa Comum, que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, sendo Autor António Domingues Ferreira e Réus AC, Águas de Coimbra, E.M. e Município de Coimbra. Esta ação é patrocinada pelo Dr. Diamantino Marques Lopes, ascendendo o pedido a 100.000 €, acrescido de juros de mora;

Processo nº 219/04.5BECBR, Ação Administrativa Comum, que corre, com forma ordinária, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, tendo como Autora Maria Preciosa Pereira Pratas do Vale e como Réus o Município de Coimbra, a AC Águas de Coimbra, EM. a EP – Estradas de Portugal e a Companhia de Seguros Fidelidade, S.A. Esta ação tem o patrocínio judiciário do Dr. Diamantino Marques Lopes e o pedido ascende a 800.000 €, acrescido de juros desde a citação até efetivo e integral pagamento.

De acordo com informação Jurídica, a probabilidade da AC, Águas de Coimbra, E.M., ser condenada em algum destes processos é muito baixa.

**EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Código				Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução				
				Anos anteriores	2013	Total			No período em análise (a)	Global (b)			
2	1			INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - SETOR DE ÁGUA									
2	1	3		Remodelação de equipamento									
2	1	3	1	Remodelação de equipamento eletromecânico e de tratamento - água	146.298,71	146.298,71	10.000,00	187.000,00		78,23%			
2	1	3	2	Instrumentação, telegestão e equipamento de diagnóstico e inspeção	767.402,51	1960,00	769.362,51	10.000,00	808.000,00	19,60%	95,22%		
2	1	4		Reservatórios e estações elevatórias									
2	1	4	3	Grandes reparações em reservatórios e higienização .	228.946,40		228.946,40	100.000,00	419.000,00		54,64%		
2	1	4	4	Obras de adaptação às normas de higiene e segurança em reservatórios e estações elevatórias de água	1259.314,24		1259.314,24	40.000,00	1320.000,00		95,40%		
2	1	5		Ampliação e reabilitação da rede existente									
2	1	5	5	Remodelação da rede de água na freguesia de Almalaguês.	862.980,35	108.226,39	971.206,74	470.000,00	1673.000,00	23,03%	58,05%		
2	1	5	11	Ramais domiciliários e prolongamentos	1418.095,26	82.903,88	1500.999,14	120.000,00	1899.000,00	69,09%	79,04%		
2	1	5	13	Obras complementares de remodelação de rede de água	276.727,89	34.273,52	311.001,41	35.000,00	387.000,00	97,92%	80,36%		
2	1	5	14	Obras de reabilitação do sistema de distribuição de água - 2ª fase	1264.724,47	-1239,85	1263.484,62	100,00	1265.100,00	-1239,85%	99,87%		
2	1	5	16	Reforço ao setor noroeste (Adémia-Lamarosa)	83.948,37	28.916,03	112.864,40	210.000,00	3.314.000,00	13,77%	3,41%		
2	1	5	17	Remodelação da rede de água em Casal do Lobo e Cova do Ouro				100,00	350.200,00				
2	1	5	18	Reabilitação de ramais domiciliários de abastecimento de água				45.000,00	195.000,00				
2	1	5	19	Obras de reabilitação do sistema de distribuição de água - 4ª fase (Sistemas Cumeada/Olivais/Olivais Torre)	1151.731,39	264,61	1151.996,00	10.000,00	1162.000,00	2,65%	99,14%		
2	1	5	20	Obras de reabilitação do sistema de distribuição de água - 5ª fase (Sistema Inferior)	708.036,82	562.753,42	1270.790,24	760.000,00	1469.000,00	74,05%	86,51%		
2	1	5	21	Reformulação do abastecimento de água a Paredes, Vale da Luz e Casal da Rosa	97.229,36		97.229,36	1000,00	99.000,00		98,21%		
2	1	5	22	Obras de reabilitação do sistema de distribuição de água - 6ª fase (Sistemas de P. Marrocos, Santa Clara, Alto Barreiros, Cernache, Cruz Morouços)	168.879,34	509.212,86	678.092,20	850.000,00	1169.000,00	59,91%	58,01%		
2	1	5	23	Obras de reabilitação do sistema de distribuição de água 7ª fase (Sistemas Ingote/Lordemão/Brasfemes, Alto 5 Reis, Adémia)	190.566,71	571.350,64	761.917,35	810.000,00	1.301.000,00	70,54%	58,56%		
2	1	14		Saneamento básico a montante das captações da Boavista									
2	1	14	5	Remodelação da rede de abastecimento de água na Freguesia de Torres do Mondego .	75.873,37		75.873,37	100,00	96.200,00		78,87%		
2	1	14	6	Remodelação da rede e sistema de abastecimento de água na Freguesia de Ceira	59.867,77		59.867,77	100.000,00	285.000,00		2101%		
2	1	14	7	Remodelação de rede e sistema de abastecimento de água na freguesia de Castelo Viegas	211813,51	983,98	212.797,49	10.000,00	242.000,00	9,84%	87,93%		
				Sub-total 2.1- Ativos fixos tangíveis - setor de água			8.972.436,47	1899.605,48	10.872.041,95	3.581.300,00	17.640.500,00	53,04%	61,63%

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (continuação)

Código				Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução		
				Anos anteriores	2013	Total			No período em análise (a)	Global (b)	
2	2			INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - SETOR DE SANEAMENTO							
2	2	2		Remoções de Equipamentos							
2	2	2	1	Remoção de Equipamentos Electromecânicos - saneamento	37.812,34	37.812,34	10.000,00	78.000,00		48,48%	
2	2	2	2	Instrumentação, telegestão e equipamento de diagnóstico e inspeção	200.609,44	200.609,44	10.000,00	241000,00		83,24%	
2	2	3		Ampliação e remoção da rede existente							
2	2	3	2	Remoção da rede da Alta da Cidade (sistema separativo).	254.282,31	254.282,31	50.000,00	1695.000,00		15,00%	
2	2	3	3	Remoção da rede Solum/Calhabé (sistema separativo).	384.219,08	384.219,08	100.000,00	2.270.000,00		16,93%	
2	2	3	8	Ramais domiciliários e prolongamentos.	1236.208,02	82.519,28	1318.727,30	120.000,00	1717.000,00	68,77%	76,80%
2	2	3	10	Remoção da rede da baixa da cidade (sistema separativo)			10.000,00	1675.000,00			
2	2	3	11	Obras complementares na rede de saneamento	2.449.905,56	229.105,86	2.679.011,42	300.000,00	3.200.000,00	76,37%	83,72%
2	2	3	14	Rede de águas residuais em Casal do Lobo, Cova do Ouro, Dianteiro, Carapineira, Serra da Rocha, Golpe e Rocha Velha	63.397,00		63.397,00	100,00	4.764.100,00		133%
2	2	3	15	Remoção de rede da Zona Central da Cidade (sistema separativo)				10.000,00	3.890.000,00		
2	2	9		Requalificação ambiental da zona Norte de Coimbra - 2ª fase - Saneamento básico das Bacias das Valas de Vale Travesso e Ançã							
2	2	9	3	Rede de águas residuais na Gândara			100,00	570.200,00			
2	2	10		Saneamento básico a montante das captações da Boavista							
2	2	10	5	Rede de águas residuais na Freguesia de Torres do Mondego	873.974,50	873.974,50	100,00	3.674.200,00		23,79%	
2	2	10	6	Rede de águas residuais na Freguesia de Ceira	248.504,58	248.504,58	1000,00	1110.000,00		22,39%	
2	2	10	7	Rede de águas residuais na Freguesia de Castelo Viegas	304.541,02	16192	304.702,94	1000,00	426.000,00	16,19%	71,53%
2	2	10	8	Rede de águas residuais na Freguesia de Almalaguês (3ª fase)	1641458,34	1641458,34	1000,00	1643.000,00		99,91%	
2	2	10	9	Rede de águas residuais na Freguesia de Almalaguês (4ª fase)	21265,27	21265,27	500.000,00	1122.000,00		190%	
2	2	10	10	Rede de águas residuais na Freguesia de Almalaguês (5ª fase)			100.000,00	370.000,00			
2	2	10	11	Rede de Águas Residuais Freguesia Almalaguês 6ª fase			100,00	1100.200,00			

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (continuação)

Código				Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução	
				Anos anteriores	2013	Total			No período em análise (a)	Global (b)
2	2	11		Requalificação de sistemas existentes						
2	2	11	3	197.184,08		197.184,08	300.000,00	1398.000,00		14,10%
2	2	11	4	8.433,64		8.433,64	50.000,00	209.000,00		4,04%
2	2	11	5	509.750,24		509.750,24	15.000,00	530.000,00		96,18%
2	2	12		Águas Pluviais						
2	2	12	2	211936,04	388.650,79	600.586,83	920.000,00	2.432.000,00	42,24%	24,70%
				Sub-total 2.2 - Ativos fixos tangíveis - setor de saneamento			2.498.400,00	34.114.700,00	28,04%	27,39%
2	3			INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - SETOR COMUM						
2	3	1	1	581825,91	186.049,95	767.875,86	300.000,00	1282.000,00	62,02%	59,90%
				Sub-total 2.3 - Ativos fixos tangíveis - setor comum			300.000,00	1282.000,00	62,02%	59,90%
3				INVESTIMENTOS EM ATIVOS DIVERSOS						
3	1			INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DIVERSOS						
3	1	1	1		51120	51120	25.000,00	75.000,00	2,04%	0,68%
3	1	1	2		6.949,89	6.949,89	30.000,00	80.000,00	23,17%	8,69%
3	1	1	3		124.946,86	124.946,86	260.000,00	660.000,00	48,06%	18,93%
3	1	1	4		3.990,97	3.990,97	25.000,00	75.000,00	15,96%	5,32%
3	1	1	6		41595,78	41595,78	75.000,00	225.000,00	55,46%	18,49%
3	1	1	8		22.238,20	22.238,20	10.000,00	30.000,00	222,38%	74,13%
3	1	1	9		56.899,55	56.899,55	130.000,00	230.000,00	43,77%	24,74%
3	1	1	10		6.487,21	6.487,21	10.000,00	30.000,00	64,87%	2162%
				Sub-total 3.1- Ativos fixos tangíveis diversos			565.000,00	1405.000,00	46,66%	18,76%

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (continuação)

Código				Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução		
				Anos anteriores	2013	Total			No período em análise (a)	Global (b)	
3	2			ATIVOS INTANGÍVEIS							
3	2	1	1	Aquisição de Software	69.118,33	69.118,33	300.000,00	500.000,00	23,04%	13,82%	
3	2	1	2	Despesas de Investigação e Desenvolvimento			100,00	300,00			
				Sub-total 3.2 - Ativos intangíveis	69.118,33	69.118,33	300.100,00	500.300,00	23,03%	13,82%	
				SÍNTESE DO PLANO							
2	1			INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - SETOR DE ÁGUA	8.972.436,47	1899.605,48	10.872.041,95	3.581.300,00	17.640.500,00	53,04%	61,63%
2	2			INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - SETOR DE SANEAMENTO	8.643.481,46	700.437,85	9.343.919,31	2.498.400,00	34.114.700,00	28,04%	27,39%
2	3			INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - SETOR COM UM	581.825,91	186.049,95	767.875,86	300.000,00	1.282.000,00	62,02%	59,90%
3	1			INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DIVERSOS		263.619,66	263.619,66	565.000,00	1.405.000,00	46,66%	18,76%
3	2			ATIVOS INTANGÍVEIS		69.118,33	69.118,33	300.100,00	500.300,00	23,03%	13,82%
				TOTAL	18.197.743,84	3.118.831,27	21.316.575,11	7.244.800,00	54.942.500,00	43,05%	38,80%

a) Quociente entre o valor realizado no período em análise e a dotação anual prevista corrigida das alterações efetuadas.

b) Quociente entre o total do valor realizado e o gasto total previsto.

c) Para os investimentos: 31 - Investimentos em Ativos fixos tangíveis diversos, 32 - Ativos Intangíveis, o gasto total previsto diz respeito ao investimento para os anos de 2013, 2014 e 2015.

DELIBERAÇÃO

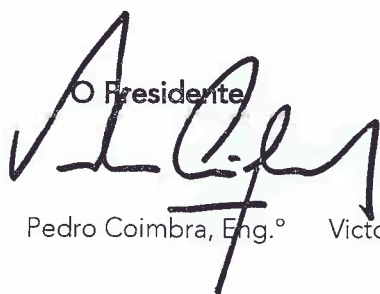
N.º: 2 / 2014 /AC de 27 de março

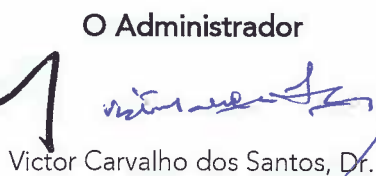
ASSUNTO: Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas do exercício referentes a 2013 e da proposta de aplicação de resultados

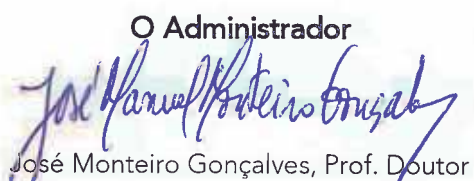
O Conselho de Administração delibera, por unanimidade:

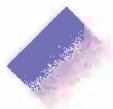
1. Submeter à apreciação da Assembleia Geral, nos termos da alínea g), do n.º 4, do artigo décimo dos Estatutos da AC, Águas de Coimbra, E.M., o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, as Contas do Exercício referentes a 2013, a Proposta de Aplicação de Resultados e o Parecer do Fiscal Único, tendo em vista a sua aprovação.
2. Propor à Assembleia Geral, nos termos do n.º 5, do artigo vigésimo segundo dos Estatutos da Sociedade, que o Resultado Líquido positivo de 204.899,96 €, apurado no período de 2013, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	125.678,15 €
Reservas Legais	20.490,00 €
Reserva para Estabilização de Preços	58.731,81 €


O Presidente
Pedro Coimbra, Eng.º

O Administrador

Victor Carvalho dos Santos, Dr.

O Administrador

José Monteiro Gonçalves, Prof. Doutor



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

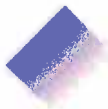
1. Examinámos as demonstrações financeiras da **AC, Águas de Coimbra, E.M.**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de balanço de € 83.358.167,76 e um total de capital próprio de € 63.520.683,32 incluindo um resultado líquido positivo de € 204.899,96), as demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa o resultado das suas operações, as variações do capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adaptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião sem reservas

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **AC, Águas de Coimbra, E.M.**, em 31 de Dezembro de 2013 o resultado das suas operações, as variações do capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros assuntos legais

8. É também da nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
 - 9.1. Conforme descrito na Nota 31 do Anexo nº6 encontram-se a decorrer em tribunal várias ações judiciais, cujo valor reclamado é de €1.095.353,50. De acordo com a informação jurídica das AC, a probabilidade de esta ser condenada é baixa.
 - 9.2. Existem diversos terrenos contabilizados com base nos contratos de promessa compra e venda, que não estão registados em nome das AC nas finanças e conservatória.

Coimbra, 27 de março de 2014


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exma. Administração
Senhores Accionistas

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da **AC, Águas de Coimbra, E.M.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Durante o exercício, o Fiscal Único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da Sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respectiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos actos do Conselho de Administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro do 2013, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Foi emitida a Certificação Legal das Contas, sendo considerada como complemento deste Relatório e Parecer.

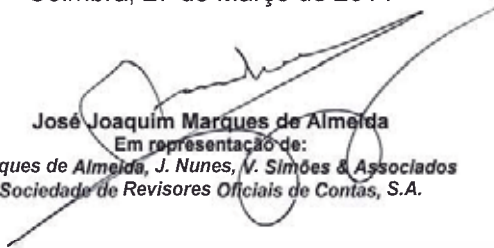
Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da **AC, Águas de Coimbra, E.M.**, em 31 de Dezembro de 2013 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos, adoptados e descritos no Anexo, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer que:

1. Devem ser aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.
2. Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Empresa com quem contactámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 27 de Março de 2014


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.